



# AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO POPULAR

**ações e reflexões de  
enfrentamento ao racismo**

**ALINE GUARIZO E LUIZ SOARES (organização)**





**AGROECOLOGIA  
E EDUCAÇÃO POPULAR**  
**ações e reflexões de  
enfrentamento ao racismo**

Esse livro foi idealizado pelo Instituto de Referência Negra Peregum, a partir do conjunto de lives realizadas no decorrer do projeto Juventude Negra Viva – Educação Popular e Agroecologia.

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é de responsabilidade exclusiva das autoras e não representa, necessariamente, a posição da FRL. Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas (BY-NC-ND)



# AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO POPULAR

## ações e reflexões de enfrentamento ao racismo

ALINE GUARIZO E LUIZ SOARES (organização)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agroecologia e educação popular ações e reflexões  
de enfrentamento ao racismo / organização Luiz Soares, Aline  
Guarizo. -- 1. ed. -- São Paulo, SP :  
Oralíтурas : Fundação Rosa Luxemburgo :  
Instituto de Referência Negra Peregum, 2023.

ISBN 978-65-85129-04-6

1. Agricultura 2. Agroecologia 3. Antirracismo  
4. Resistência I. Soares, Luiz. II. Guarizo, Aline.

Índices para catálogo sistemático:

1. Agroecologia : Desenvolvimento sustentável :  
Agricultura urbana 630  
Tábata Alves da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9253



## **ORGANIZAÇÃO**

Aline Guarizo  
Luiz Soares

## **IMAGENS**

Aline Guarizo  
Núcleo 11 de agosto, UNEafro Brasil  
Fluxo Imagens

## **PARTICIPANTES DAS LIVES**

Bianca Santana  
Christiane Gomes  
Nilce Pontes  
Emicida  
Cátia Cipriano  
Suely Araújo  
Maria Alves  
Sheila de Carvalho  
Nilma Bentes  
Juliana Gonçalves  
João Paulo Rodrigues  
Helen Souza  
Bruna Macedo  
Regina Lucia dos Santos  
Lika Manoel  
Vitória Aguiar  
Izabela Santos  
José Raimundo Ribeiro  
Adriana Rodrigues de Jesus  
Bruno Tserebutuwe Tserenhimi'rãmi  
Marcelo Rocha  
Gisele Brito  
Adriana Moreira

## **ORALITURAS EDITORA**

oralituras.com.br  
@oralituraseditora

**Coordenação editorial**  
Maitê Freitas

**Edição**  
Vanessa Cancian

**Projeto Gráfico,  
Diagramação e Ilustração**  
Nina Vieira

**Transcrição**  
Dandara Kunté

**Redação e revisão**  
Allane Maria Jesus  
Thalita Gallucci

## **FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO**

rosalux.org.br

**Diretor**  
Andreas Behn

**Coordenação de Projetos**  
Christiane Gomes

## **INSTITUTO PEREGUM**

**DIREÇÃO EXECUTIVA**  
Vanessa Nascimento

**SUPERINTENDÊNCIA  
DE PROGRAMAS**  
Jéssica Ferreira

**DIRETORIAS**  
**EDUCAÇÃO POPULAR**  
Direção: Thiago Rubens  
Fabiola Carvalho

**CLIMA E CIDADE**  
Aline Guarizo  
Fernanda Pinheiro  
Gisele Brito  
Pedro Rezende  
Maíra Silva

**INCIDÊNCIA POLÍTICA E  
LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA**  
Direção: Beatriz Nascimento  
Ágatha de Miranda  
Maria Brant  
Márcio Black  
Douglas Belchior

**PROTEÇÃO E CUIDADO**  
Direção: Cátia Cipriano  
Stephanie Silva

**COMUNICAÇÃO**  
Alice de Carvalho  
Luiz Soares  
Mayara Nunes  
Camila Ribeiro

**DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
/ ADMINISTRATIVO**  
Coordenação: Dalva Santos  
Sara Neves  
Selma Pereira  
Luiz Guilherme Silva

**CONSELHO**  
**CONSELHO CONSULTIVO**  
Amanda Arlete Ribeiro Firmino  
Cleyton Borges Wenceslau  
Leandro Roque de Oliveira (Emicida)  
Paula Miraglia  
Sueli Carneiro

**CONSELHO FISCAL**  
Cleber da Costa Firmino  
Luciana Cesar Guimarães  
Jaqueline Santos  
Suelaine Carneiro

## APRESENTAÇÃO

A UNEafro Brasil, é uma organização do movimento negro que tem como principal ferramenta de transformação social a educação popular. Hoje, está articulada e organizada em núcleos que abrangem cerca de 40 comunidades/bairros nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Em resposta às necessidades da UNEafro e de outros movimentos, foi fundado em 2019, o Instituto de Referência Negra Peregum, com a missão de fortalecer a população negra e periférica por meio de demandas específicas nas áreas de Educação Popular, Proteção e Cuidado, Incidência Política, Clima e Cidade, visando uma sociedade antirracista.

Assim como o arbusto de origem africana que foi disseminado pelo mundo inteiro e que inspira o nosso nome “Peregum”, nós buscamos ser uma força educadora que promove a superação do racismo e o florescer das pessoas em busca da melhoria da qualidade de vida da população negra. Em 2021, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, iniciamos o projeto Juventude Negra Viva em parceria com a UNEafro Brasil, incorporando questões relacionadas ao racismo ambiental e integrando temas como agroecologia e soberania alimentar em formações políticas, além de promover práticas sustentáveis como o cultivo de hortas agroecológicas urbanas implementadas em núcleos da UNEafro.

Este projeto é uma das formas pelas quais enfrentamos a tragédia atual, marcada por crises econômicas, ambientais e sanitárias. Atuando por meio da prática comunitária e colaborativa, seguindo o legado de nossos ancestrais, esse caminho representa um avanço em direção à realidade que buscamos, onde a população negra não apenas sobreviva, mas também se empodere das possibilidades de construir um futuro sustentável e sem racismo.

Que este livro inspire a ação e a mudança. Este é o compromisso que compartilhamos com a Fundação Rosa Luxemburgo e todos que se unem a nós nesta jornada transformadora.

**VANESSA NASCIMENTO**

**Diretora Executiva do Instituto de Referência Negra Peregum**

**Co-fundadora da UNEafro Brasil**

## PREFÁCIO

### **RAIZ DO FUTURO NO PRESENTE: EDUCAÇÃO E A AGROECOLOGIA**

Os escritos presentes neste livro são um convite a refletir e agir a partir da agroecologia como um movimento, que educa e contribui para nossa reconexão com a terra, os territórios e a ancestralidade.

Os caminhos para uma alimentação saudável e segura para todos os seres requerem, dentre outros, revisitar o modo como lidamos com a terra, bem como os sentidos e significados que a ela atribuímos. A terra longe de ser uma propriedade é um ser vivo, que se constitui das relações interdependentes entre os seres. Seres estes, que se nutrem e nutrem a outros, de tal modo que todos se alimentam, hoje, sem comprometer as vidas atuais e as que estão por vir.

Nos constituímos na e com a terra a partir da interação que estabelecemos com os diversos seres que a compõem. Ao agir no planeta, a partir dessa concepção, a luta pelo direito à terra transcende a sua posse enquanto uma mercadoria ou objeto a ser explorado, pois inclui o direito ao território, o direito à (re) conexão com a terra, com a construção identitária, com modos de promover e preservar à vida.

A agroecologia, nos revela modos possíveis de produzir e distribuir alimentos, fundamentados na coletividade, sustentabilidade socioambiental e construção identitária. É um modo de se relacionar com legado dos povos negros e originários que se concebem como parte constitutiva da terra. Uma terra como espaço de convivências múltiplas, diversas e interdependentes entre os diferentes seres que a compõem. Uma terra que nos constitui enquanto sujeitos únicos, mas também coletivo pois, emergimos das relações com outros seres.

Nesse sentido, a agroecologia se torna um movimento de resistência aos sistemas predatórios de produção e distribuição de alimentos no Brasil, bem como um importante caminho para a superação do racismo ambiental. O racismo ambiental, se expressa na maior incidência dos impactos ambientais sobre a população racializada, assim como na subjugação dos conhecimentos trazidos por esses povos. Nessa perspectiva, o acesso aos saberes, práticas e alimentos advindos da agroecológica possibilita questionar o modelo societário hegemônico que desconsidera os legados dos povos negros e originários do Brasil nos processos de produção, distribuição e segurança alimentar.

Ao evidenciar o racismo ambiental no Brasil estamos concomitantes contribuindo para a desvelar o genocídio – extermínio total ou parcial de uma população – e o epistemicídio – inferiorização ou negação do povo negro como produtor de conhecimento.

#### **Agroecologia e Educação Popular: ações e reflexões para enfrentamento ao racismo**

A população negra, quilombola e indígena são as mais expostas à fome e à insegurança alimentar, bem como aos conflitos e mortes violentas ao lutarem pelo direito à terra, ao território e a espaços urbanos saudáveis. Por outro lado, essa mesma população é que se faz menos presente e ouvida nos espaços políticos de tomada de decisões e de produção de conhecimento acerca da soberania alimentar e da sustentabilidade socioambiental dos territórios que integram.

Compreender e saber agir diante dessa realidade requer processos educativos que nos permitam apreender com o legado ancestral de cultivo da terra, comprometido com os tempos regenerativos de seus ecossistemas e com o viver em comum unidade (comunidade) com os seres humanos e os seres não humanos. Nos referimos a uma educação que tem a natureza africana na diáspora como propulsora dos processos educativos: uma educação ambientalmente antirracista.

A educação ambiental antirracista nos convida a revisitar o sentido que atribuímos à educação, à natureza e os modos como nos relacionamos com a terra-território reconhecendo as contribuições negras passadas e atuais na/para construção de sociedades ambientalmente democráticas, equitativas e antirracistas. A partir dessa abordagem, a educação desenvolvida em diferentes tempos e lugares, está diretamente comprometida com o direito à terra, a segurança e soberania

alimentar, à superação do racismo ambiental, a formação e transformação política e socioambiental.

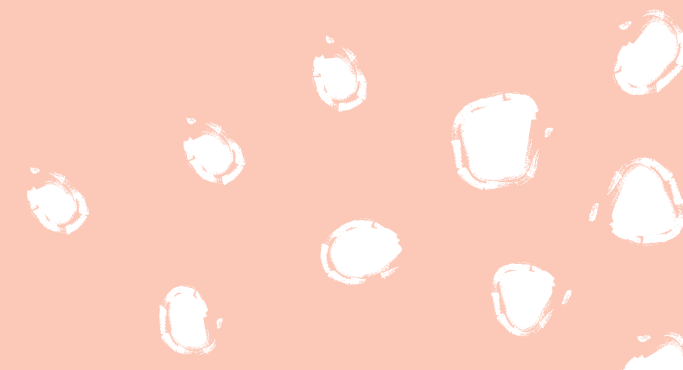
As ações e reflexões compartilhadas no presente livro revelam possibilidades de pensar-fazer agroecologia como uma práxis educativa ambiental antirracista e popular na medida em que destaca, dentre outros, articulações entre conhecimentos técnicos, científicos, ancestrais socializados e produzidos por mobilizações e atuações das classes populares em prol de sua emancipação e conquista à direitos fundamentais.

É nesse contexto que convidamos cada leitora/leitor a trilhar nesse (ou com esse livro caminhos de *“Diálogos sobre educação popular e agroecologia urbana como resistência ao racismo e à necropolítica”*; de inspirações que ajudem a *“Combater o racismo ambiental para a construção de sociedades sustentáveis”*; a promover a *“Soberania alimentar como resistência ao racismo”* e a reconhecer as relações entre *“Direitos Roubados, Agroecologia e Ancestralidade”*, os processos de *“Produção agroecológica na cidade e no campo* e o *“Consumo e Soberania Alimentar: os caminhos para uma alimentação saudável”*. Desejamos que esse percurso trilhado instigue e fortaleça nossa atuação política na construção de modos societários pautados no *“Bem viver, comum e Ubuntu”*.

Esperamos que as experiências agroecológicas, se tornem a raiz do futuro, e se expandam como possibilidades para formação ambiental antirracista e popular.

**RITA SILVANA SANTANA DOS SANTOS**

**Primavera, 2023**



**13** *Educação popular e agroecologia: quintais antirracistas*

PARTICIPAÇÃO: Emicida, Bianca Santana, Nilce Pontes Pereira, Cátia Cipriano, Suely Araújo, Dona Maria Alves, Sheila de Carvalho



**39** *Agroecologia e ancestralidade: combinamos de não morrer*

PARTICIPAÇÃO: Adriana Rodrigues de Jesus e Bruno Tserebutuwe Tserenhimí rãmi



**49** *Conexão campo e cidade, conservar e produzir*

PARTICIPAÇÃO: João Paulo Rodrigues, Helen Souza e Bruna Macedo



**63** *Cidades antirracistas, um sonho comum*

PARTICIPAÇÃO: Marcelo Rocha e Gisele Brito



**83** *Soberania alimentar e saúde: Nutrindo os sonhos*

PARTICIPAÇÃO: Adriana Moreira



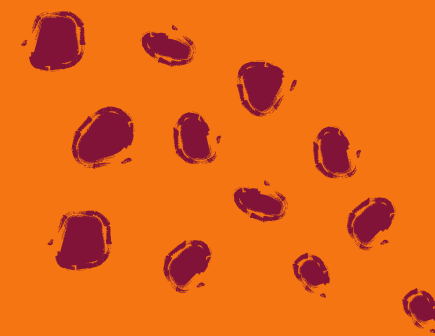
**93** *Produção agroecológica e periferia: resistência ao racismo ambiental*

PARTICIPAÇÃO: Vitória Aguiar, Regina Lúcia dos Santos, Izabela Santos, José Raimundo e Lika Manoel



**105** *Bem-viver comum e Ubuntu*

PARTICIPAÇÃO: Nilma Bentes e Juliana Gonçalves





# EDUCAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA: QUINTAIS ANTIRRACISTAS



**TRANSCRIÇÃO DA LIVE:**  
Diálogos sobre educação popular e agroecologia urbana  
como resistência ao racismo e à necropolítica



**PARTICIPAÇÃO:** Emicida, Bianca Santana,  
Nilce Pontes Pereira, Cátia Cipriano, Suely Araújo,  
Dona Maria Alves, Sheila de Carvalho





## A LUTA CONTRA A NECROPOLÍTICA NOS QUINTAIS ANTIRRACISTAS

◆◆◆◆ Com a palavra, EMICIDA<sup>1</sup>:

**O passo a passo para construir a revolução que se busca no planeta Terra começa das pequenas coisas. Uma planta aqui, uma outra forma de olhar para a velocidade dos processos, aprendizado que vem da terra, da natureza, dos recursos naturais, dos povos originários, da sabedoria dos mais velhos. O rapper, cantor e empresário Emicida conta sua experiência com agroecologia – palavra que transborda o germinar da semente e do alimento que surge de uma lavoura e que abrange significados múltiplos e diversos em cada território que habita.**

**E, fica a pergunta, o que a música e a militância do rap têm a ver com as transformações que a humanidade precisa atravessar para que haja um planeta para as gerações futuras? De que forma se age em coletividade para que seja possível construir o acesso à alimentação adequada para a maior parte da população que historicamente foi banida desse tipo de direito básico? Como contrapor o privilégio do acesso aos alimentos agroecológicos, democratizando as políticas públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional de quem – ainda hoje, em 2023 – passa fome?**

“Ao olhar para vocês e para todas as movimentações que acontecem para além das ações da Uneafro, encho meu coração de esperança e recarrego as minhas baterias. Eu acredito que a gente tenha força

//////////

1 Rapper, compositor e empresário.

para construir um amanhã melhor. Eu já repeti e contei esta história outras vezes, mas uma vez o B.B. King disse algo que mexeu profundamente comigo. Ele disse que quando uma pessoa preta falecia, os brancos diziam: “vai lá no celeiro e pega outra”. E que ele estava indo embora deste mundo deixando-o diferente. **Particularmente, acredito que a gente vai devolver o mundo melhor para a próxima geração porque temos compromisso. Isso não vai ser no presente, vai demandar muito esforço, a gente ainda vai ter que atravessar uma série de barreiras; são tempos difíceis, duros.** No entanto, encontrar vocês me alegrou bastante. Não à toa, toda vez que eu tenho oportunidade de colaborar com qualquer coisa, eu me sinto muito completo.

Às vezes, a gente pensa que a gente precisa de um tamanho de terra, de um investimento ou de um equipamento específicos absurdos para ter relação com a terra e, na verdade, depois da revolução agrícola, **plantar é a coisa mais básica que qualquer um pode fazer.** É preciso ficar atento pois tem gente tentando patentear as sementes e transformá-las em coisas que não voltam, a gente ainda tem o poder – e o dever – de defender as sementes crioulas. A gente precisa ter esse poder porque isso está diretamente associado ao controle do comer sem veneno, e eu não pensava isso no momento em que eu comecei a plantar, porque eu não tinha espaço para ter uma horta. Eu tinha quatro vasinhos, que coloquei no lugar em que batia sol lá em casa e plantei manjerição e tomilho. Até ali, eu nunca tinha comido orégano, então plantei dois pés de orégano: foi a primeira vez na minha vida que eu comi orégano fresco e sabe o que pensei? *Eu não conheço orégano, só conheço orégano seco de pizza.*

Quando eu fui para uma casa que tinha um quintal, pensei: *Eu vou começar a cuidar das plantas.* No início, tínhamos algumas mudas de tempero, plantas mais ornamentais, como sálvia ou lavanda. No entanto, Nelson Mandela me vinha muito à cabeça. Eu li que Mandela brigou para ter o direito de fazer uma horta na Ilha Robben, lugar em que ele esteve preso. Para ele, a plantação era como um portal para fora da cadeia. Era uma forma dele se desligar do encarceramento e colocar a mente dele em outro lugar para sonhar com o mundo que ele estava tentando construir. Isso pra mim é fundamental porque o primeiro ensinamento que a relação com a terra te dá é o respeito ao tempo. Vivemos em um momento que ensina o desrespeito ao tempo. Então a gente é incentivado mensagem após mensagem, notificação após notificação, a acreditar que tudo precisa estar no nosso tempo, como se o nosso tempo fosse o único que importasse. **As sementes, as plantas e a terra são indi-**

**ferentes ao mundo cultural dos humanos. O tempo para plantar uma semente na terra, cuidar e germinar é o mesmo. A primeira aula que recebi das plantas foi o respeito ao tempo. Para Ailton Krenak, a nossa pressa e a nossa necessidade de velocidade aquecem o planeta. Ela consome energia e, para consumir energia, é preciso ter energia. E de quais fontes de energia nós dispomos? Para apressar o mundo, precisamos envenená-lo. Por isso, é preciso construir uma revolução que esteja sincronizada com o nosso relógio biológico.**

A nossa cabeça e o nosso cérebro precisam estar em sintonia com esse relógio biológico humano, porque o ser humano é um animal esquecido. Quando mais a gente se desconecta da noção de tempo que traz a chuva, o sol, o dia e a noite, mais a gente transforma o planeta em uma bomba relógio. Não tem como pensar em agroecologia de modo individual. Além disso, há também o que chamamos de racismo ambiental, e isso está ligado às pessoas e ao direito à terra.

O escritor José de Alencar é tido por muitos como responsável pela inauguração da brasilidade na Literatura Brasileira, mas ele era um defensor apaixonado da manutenção da escravidão no Brasil; ele foi ministro da justiça e deputado e, talvez, o principal argumento dele na defesa da manutenção da escravidão tenha sido a integridade das unidades agroexportadoras do país, dos grandes latifúndios e latifundiários. O recorte absurdo de terras do nosso país tomado por fazendas agropecuárias têm o tamanho de outros países, e isso é absurdo e inconcebível.

Na introdução do livro *“As veias abertas da América Latina,”* de Eduardo Galeano, diz que essa terra é tão rica que se a gente retomar o primeiro registro histórico em 22 de Abril, teremos, infelizmente, uma lembrança da infância. “Quem descobriu o Brasil?” Responderíamos cheios de confiança: “Pedro Álvares Cabral!” E isso está errado.

Eu tenho duas filhas: uma tem 11 anos, e a outra tem 3 anos. Elas concebem a experiência sócio-histórica do Brasil como uma invasão. Não se descobre casa de ninguém, eu não posso sair da minha casa, entrar na casa do meu vizinho e descobrir a casa dele. Eu não posso falar pra ele: “Ô, agora a sua casa vai ser só lá no banheiro. A sala, a cozinha e o quarto vão ser meus e vai se chamar Emicidândia”. Essa construção secular de pessoas trouxe-nos até aqui, e é o que vai transformando este rolo compressor eurocêntrico no modelo arcaico que é e que está presente em tudo.

**Porém, a partir e antes disso, outros saberes nascem, e eles nos provocam a agir. Eles fazem a gente limpar os olhos turvos e obstruídos para se reconectar com a casa comum de todos nós que é a terra.** Por vezes, as pessoas falam que veem beleza no cuidado que eu tenho com a horta. Falar que eu cuido da horta é um equívoco, porque é a horta quem cuida de mim. No momento em que eu coloco uma semente e ela germina e cresce, a horta cuida de mim. Ela devolve os frutos do cuidado, e eu posso alimentar minha família com aquilo.

**Como é que eu não vou pensar que esse é um direito que é usurpado da maior parte da população desse país? Como é que eu não vou pensar que nos lugares onde a gente cresceu as pessoas são espremidas em casas minúsculas?** Como eu não vou fazer uma reflexão a respeito de como a comida das pessoas chega com veneno? Como eu não vou pensar que tudo isso faz parte de um plano perverso engendrado e automatizado que opera em “modo avião” em relação à comida? Se a gente adoce, quando a gente atravessa alguma enfermidade, acometido por alguma patologia, uma doença, precisamos e precisaremos da terra.

São Paulo é uma megalópole, uma cidade, um monstro de concreto absurdo que asfixiou seus rios. **Como a cidade que matou seus rios vai salvar e construir políticas de vida para as pessoas?** Como salvar o povo originário na beirada do Jaraguá, que segue lutando pela vida naquele espaço? **Colocar o pé no chão, uma semente na terra, ensinar aos seus filhos o valor da terra e compreender que ela é mãe, mas não de modo vazio. A Terra deve ser tratada com respeito absoluto. Plantar me ensinou a ter respeito absoluto à casa comum que todos nós temos.** Este momento da história é definidor para entender se seremos uma raça inteligente, que ocupou o espaço de modo astuto ou se a estupidez e o egoísmo foram as tônicas – e a praga – de nossa passagem.

Inventamos a lâmpada, o parafuso, o microchip, a calça jeans, o computador... até o espaço.... Porém, é a sabedoria geracional, de pai para filho, de mãe para filha, de irmão para irmã, que tem demandado construção. Nem sempre o mais rápido é o mais eficiente a longo prazo, tudo isso está contido dentro de uma semente. No século XIX, houve uma seca que atravessou o planeta. Hoje, alguns estudos comprovam que tanto a Dinastia Tang na China quanto o Império Asteca ruíram porque uma seca varreu o planeta de um extremo a outro. Se uma seca tem o poder de fazer algumas das civilizações mais importantes da história da humanidade ruírem, o que ela pode fazer com o povo completamente desconectado como a população

do planeta hoje? Pensar em meio ambiente, questão climática, sustentabilidade, mãe natureza, independente do termo correto, não é somente uma atitude altruísta. Pensar nisso é uma questão de sobrevivência e de autopreservação para que o legado da humanidade não seja uma praga imbecil e egoísta.

Quando você consegue plantar uma berinjela, cortá-la, cozinhá-la e colocá-la no prato, você chega à conclusão de que dá tempo de salvar o mundo. Isso é reconstruir uma ponte que nos foi roubada. **O concreto não pode roubar nossa conexão com o chão da Terra.**

### **SOBRE AS SEMENTES QUE SERÃO PLANTADAS PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES**

Ao longo da minha vida, não foram poucas as vezes em que tentaram me arrancar o pouco que eu tinha. Nos momentos em que me sinto bem, sou atravessado por uma agressão que ataca meu cabelo; no momento em que eu me sinto bem, sou atravessado por uma agressão que ataca a cor da minha pele; no momento em que me sinto bem, sou atravessado por um comentário que tenta destruir o orgulho que tenho do lugar onde eu nasci – tudo isso tenta esvaziar minha história e o sentido de quem eu sou.

Ao visitar o continente africano, pensei muito em outra forma de construir, em outra forma de ver o mundo. Por vezes, acreditamos que o progresso é uma via de mão única e não é. Quando a gente vai falar sobre evolução, quando a gente vai falar sobre construção, quando a gente vai falar sobre andar para a frente, qual é a palavra que utilizamos? Desenvolvimento. No entanto, talvez o século XX tenha sido o século do desenvolvimento. Para mim, sobretudo depois de viver um pouco o continente africano, este é o século e o tempo do envolvimento. Este é o momento da gente se envolver mais do que nunca. **Para a juventude, minhas palavras são: estejam abertas e abertos para escutar e conhecer as várias formas de existir e de conceber o mundo. Todas têm igual valor.**

**“Existe uma política, um Estado e um sistema capitalista que opera para a manutenção da necropolítica (política de morte) das populações negras e indígenas em diversos lugares do mundo. Em contraponto há também desde o início dos processos coloniais e de escravização, uma infinidade de ferramentas de resistências, de garantia da terra, de aquilombamento e de guiança para um futuro melhor.” Bianca Santana nos convida a refletir sobre ancestralidade e sobre as flechas que apontam esses caminhos.**

◆◆◆◆ BIANCA SANTANA<sup>2</sup>.

João Beto, o Beto, homem negro assassinado e morto em Porto Alegre no Carrefour, entrou em um supermercado como a maioria de nós faz pra comprar alimentação para sua família e não voltou pra casa, foi assassinado. Quantas e quantos dos nossos e das nossas são torturados nessas redes de supermercado? Quantas vidas de nosso povo são ceifadas e nada acontece porque a política não é feita para garantir a nossa vida? Seja pensando a política do Estado, seja pensando a política de empresas de segurança privada, a roda que gira o capitalismo não quer promover a nossa vida; ao contrário, ela vive da nossa morte e, por isso, se trata de uma política de morte, chamada de necropolítica.

O que constatamos nos extermínios, quando nos matam e também quando abandonam para morrer como aconteceu durante a pandemia de covid-19. O vírus não tem uma predileção por pessoas pretas e pobres e sim é o estado que nos relega a morte. Portanto, quando falamos em política de morte, a necropolítica, falamos sobre o matar e também sobre deixar morrer.

**No entanto, os nossos ancestrais nos indicaram caminhos. Entre as décadas de 1940 e de 1950, Abdias Nascimento falava do quilombismo. Os quilombos desde o século XV, seja no Brasil, ou em África, nos mostraram a autonomia e a possibilidade de existir e de produzir vida apesar do estado sempre querer a nossa morte. Promover vida e promover vida na relação com a terra. Por isso é tão essencial a reforma agrária.**

//////////

<sup>2</sup> Diretora da Casa Sueli Carneiro e Colunista da Revista Gama e do Ecoa-UOL.

Nós temos caminho e esse caminho está desenhado para nós. As nossas avós e, muitas vezes, os nossos avôs, mães e pais viveram na terra, cultivavam a terra. Meu pai saiu de Ocaucú, interior de São Paulo, com 17 anos porque não aguentava mais uma relação de servidão. Ele amava a terra, amava cuidar dela, mas a terra não era dele, não era da família dele. Minha avó, quando saiu da Bahia, de São Francisco, na década de 1950, saiu porque não tinha terra. Na obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, nossa relação com a terra é capturada. Nós fomos e temos sido expulsas para os grandes centros urbanos para vender o nosso trabalho para o grande capital porque não temos acesso à terra.

Escutar o chamado da Terra para pensar reforma agrária, meio ambiente e agroecologia é urgente, e nossas e nossos ancestrais nos deixaram caminhos, ferramentas e estratégias para isso. Vamos produzir comida. Produzir vida. Para nós e para nosso povo.”

**Identidade, cultura, território, agroecologia, transmissão de saberes através das gerações. Tudo isso sempre pertenceu ao cotidiano do povo quilombola no Brasil que, ainda hoje, precisa lutar contra a falta de políticas públicas de garantia da terra que dificultam a titulação dos territórios. A ancestralidade sempre foi guia no que diz respeito à organização social dos quilombos, sejam eles no campo ou na cidade. De que forma é possível pensar a garantia do território, em meio às complexidades da diversidade de cada comunidade e também pensando que – se tratando de áreas rurais, as comunidades se sobrepõem a unidades de conservação que impedem a prática da agricultura tradicional desses povos?**

◆◆◆◆ NILCE PONTES<sup>3</sup>.

No Vale do Ribeira, interior de São Paulo, na divisa do estado de São Paulo com o Paraná, as experiências de agroecologia que nós temos são cotidianas, pois dentro dos nossos territórios estão inseridos várias unidades de conservação em um parque estadual, e isso evidencia que as práticas de conservação das comunidades levam à conservação ambiental.

Infelizmente, nesse meio político no qual nos encontramos, a ação das comunidades como agente de preservação dos territórios deveria ser algo positivo, só que, a nossa presença e ação são constantemente interpretadas como ameaça para a permanência das comunidades. A politização desse direito impulsiona ações e práticas de usurpação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e, hoje sentimos quando somos impedidos de produzir e de fazer as nossas práticas tradicionais de produção agrícola, como as nossas técnicas de conservação de alimentos e de preservação do território.

É a preservação do território, inclusive, que é visto com ameaças. **No entanto, enquanto quilombos, isso sempre foi normal: resistir para existir é o lema de quem resiste há mais de quinhentos anos por identidade e por cultura.** E, resistindo por nossa ancestralidade e por nosso conhecimento, os nossos saberes são questionados o tempo todo. Existem tentativas constantes de adaptar o nosso saber ao modelo ocidental-hegemônico.

//////

3 Quilombola e Coordenadora Estadual da CONAQ-SP.



Dito isso, repito sempre que a agroecologia é para quilombos e para povos indígenas. O que é a agroecologia para o campo acadêmico? **O que é agroecologia para quem está iniciando o processo de produção de alimentos? Parabenizamos e incentivamos todas as pessoas para a luta conjunta, mas cada coisa no seu espaço, sobretudo os modelos e modos de pensar de agroecologia, incluindo os conceitos e as perspectivas de conservação dos territórios e da preservação ambiental.**

Enquanto mulher, agricultora e quilombola, falar sobre a realidade do Vale do Ribeira é sempre importante, sobretudo porque cada quilombo é um quilombo, e cada povo tem um único objetivo em comum pelo território e pela conservação e preservação desses espaços de identidade de resistência.

A luta é comum, mas o modo com que nos organizamos tem a ver com as intervenções de cada realidade. Os territórios hoje são diferenciados, e essa diferenciação traz para o centro do debate nacional a unificação dos modelos de produção agrícola. **O povo quilombola conseguiu até hoje manter os costumes e práticas de produção de alimentos por meio de seus conhecimentos agrícolas ancestrais. Primeiro, para ter uma conservação do território é preciso que esse território seja regulamentado. Nós precisamos de que todo o processo de regularização dessas comunidades seja concluído.** No estado de São Paulo, somos mais de sessenta comunidades com processo aberto em várias organizações para conseguir a regulamentação de territórios. Em todo o estado, apenas seis comunidades estão tituladas. Ou seja, existem várias comunidades, mas a regularização desses espaços é precária, o que prejudica e, por vezes inviabiliza a conservação ambiental efetiva dessas comunidades.

A política de privatização desses espaços, em que as comunidades sempre viveram e sempre resistiram, estão hoje, na sua maioria, sobrepostas em partes por alguma unidade de conservação. Isso não é necessariamente ruim, porém o modo como esses espaços são geridos nos traz insegurança e nos amedrontam e, muitas vezes, nos expulsam dos nossos territórios. O governo Bolsonaro reverberou que não regulamentaria “um centímetro de terra para indígenas e quilombola” e que “o afrodescendente mais leve pesava sete arrobas mede por arroba...”. Essas falas vexatórias e racistas sobre os nossos direitos e sobre a nossa natureza.

No entanto, o que é importante agora? O que é imediato? A conservação do território ou a sustentabilidade das famílias que precisam de geração de renda? Essas

questões nos fazem refletir. O que nós, enquanto comunidades quilombolas e povos tradicionais, estamos, de fato, buscando, e onde nós nos encontramos quando falamos da conservação ambiental, quando nós buscamos o entendimento coletivo da realização fundiária e quando pensamos os modelos de produção agrícola, seja ela no campo rural ou campo urbano? Porque nós temos muitos quilombos urbanos também e a pandemia de covid-19 agravou o cenário. O governo não garantiu condições dignas de vivência para essas famílias na pandemia.

A alimentação é uma questão que evidencia ainda mais a precariedade das políticas públicas. Se não há território para produzir, nem para trabalhar, como fica a situação das famílias nos quilombos e nos territórios periféricos? Inúmeros quilombos urbanos não estão regulamentados, então eles não se enquadram nos critérios de política pública. E, essas comunidades, muitas vezes não são contempladas com os direitos dentro dos territórios e da luta quilombola. A gente precisa pensar na inserção dessas famílias e dessas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e os modelos de produção precisam ser pensados tanto para o campo rural quanto para o campo urbano, assim como também é necessário pensar o processo de organização social.

Quais são as organizações que compõem o campo político agrário? Qual é o campo político das organizações que pensam o campo do desenvolvimento social e a política econômica para essas comunidades? **Queremos produzir alimento, vida e sanidade mental. Precisamos nos reunir para exercer a nossa religiosidade e a nossa ancestralidade. Estamos afastados dos nossos parentes; a culturação tem ocorrido apenas no âmbito familiar, mas precisamos de nossos pares para nos fortalecermos e para resistir ao que está posto na política implantada hoje que não deixa espaço pra nós: indígenas, povo periférico, negro e quilombola.** Precisamos aproveitar esse momento para construir alternativas de luta e de resistência. Para nós, no nosso campo, sabemos que, infelizmente, não queremos construir esse campo diferenciado, mas nos colocaram na condição de diferença.

**A diferença é a nossa vivência, a experiência que temos que aperfeiçoar e qualificar dentro das formas impostas para nós. Infelizmente, meu saber enquanto mulher agricultora não é entendido como importante se eu não estiver na academia.** E, para nós, enquanto comunidade, isso é muito caro. Nossos saberes e vivências são muito mais importantes do que nós mesmos. Então eu digo pra juventude e para mim mesma: vamos estudar e nos fortalecer enquanto povo, en-

quanto identidade e, mais do que nunca entender onde nós estamos. **Vamos ir à universidade, precisamos ir ao campo de formação, mas nunca perder a essência de quem somos, de onde viemos e para onde vamos.**

Estamos resistindo para os territórios, buscando parcerias dos movimentos e dos aliados para que a gente consiga continuar na resistência e para que essa vivência não seja só minha, mas de todos. **Sabemos que precisamos estar mais presentes uns para os outros em todos os campos de batalha porque, enquanto povo negro, atuamos em várias frentes. E, de novo, nossas prioridades estão postas: reforma agrária, conservação ambiental, produção e disputas de sistemas de produção, preservação e a tradição da agricultura de Coivara, isto é, práticas tradicionais de produção agrícola,** dentre inúmeras outras demandas urgentes.

Os conceitos agroecológicos precisam ser discutidos e entendidos a partir da leitura de cada povo e, assim, dentro da organização social e da unificação da luta para que haja nosso fortalecimento enquanto comunidades negras. Para nossas vivências, o fortalecimento é nos cuidarmos, nos protegemos e continuarmos a nossa resistência.

**De que forma o autocuidado e a preocupação com a saúde mental aparecem no cotidiano da população negra e periférica? Quais são as possibilidades de acesso, de tempo, de conexão com uma parte fundamental da manutenção da saúde física em tempos de grandes dificuldades socioeconômicas? O que sobra ou o que chega acessível para aqueles que precisam de cuidado, afeto e atenção? O Núcleo Obará nasce com o objetivo de dar respostas para esses questionamentos de forma prática e efetiva, em busca de promover o cuidado por meio de apoio psicológico e práticas integrativas para as pessoas que não acessam esse tipo de serviço.**

**A reconexão com a ancestralidade africana e indígena, a escuta aos mais velhos e mais velhas, o olhar para a terra e para as questões que ultrapassam os problemas materiais é parte fundamental da existência humana e esse projeto mostra que o caminho é necessário, urgente e sem volta.**

◆◆◆◆ CÁTIA CIPRIANO<sup>4</sup>.

“Ter me formado em psicologia é um sonho de uma vida que nunca poderia ter construído sem a Uneafo, sem a luta desses movimentos e desse povo que acredita e constrói alternativas. A partir desses movimentos, minha trajetória mudou, pois eu pude conhecer Bianca Santana e Vanessa Nascimento que, junto comigo, pensaram no projeto Obará. Nós pensamos neste Obará para criar e dar um espaço de cuidado e de atenção para o nosso povo com relação ao racismo, entendendo como ele afeta a saúde mental e a psiquê.

Quando o Obará nasce, eu já tinha circulado e já estava construindo um trabalho chamado de *massagem ayurveda*, uma prática integrativa que interliga corpo, mente e alma. A partir do Obará, construímos uma clínica em um espaço físico onde nós oferecemos escuta pensando na nossa população, mas dentro de um recorte direcionado aos coordenadores, militantes e estudantes que apresentavam essa demanda.

Em 2019, já estávamos fazendo um ensaio para criar o Obará. E eu, por ser psicóloga, entendo o ser humano de forma holística e faço as minhas psicoterapias com os pacientes a partir de olhar para o todo. Eu penso a partir do núcleo ambiental que, hoje, se conecta à alimentação. Tudo isso amplia o conhecimento e é um resgate ancestral.

Durante a pandemia, jovens que estavam entendendo o seu corpo, suas questões, a mente e com demandas de autocuidado, trouxeram como alternativa o atendimento à distância tanto individuais quanto coletivos. Dessa forma, surgiu um grupo de meditação.

Nossos saberes ancestrais se desenvolvem nas próprias sensibilidades e potências, e isso me trouxe um sentir, como se eu estivesse tocando um outro campo, me conectando com um campo de um saber que vai muito além daquilo que a gente entende enquanto este lugar da capital. **Nessa lógica perversa dentro dessa política, encontrar acolhimento psíquico e também metafísico trouxe um resgate daquele conhecimento também dos nossos vovôs e vovós, do cuidado da terra, dos caboclos, das ervas da natureza.**

//////////

4 Diretora de Proteção e Cuidado do Instituto de Referência Negra Peregum.

A Ayurveda é uma ciência milenar de origem indiana que carrega também esse ensinamento sobre a necessidade de olharmos para o corpo e para o espírito, com a necessidade de silenciar, ouvir e chamar a terra para dentro do nosso ser. Ter o tempo do plantio para ter tempo de colheita e depois o tempo do semear.

Muitas vezes, a gente não compreende os cinco sentidos do nosso corpo, pensando na mente, corpo e alma e o que precisamos é alinhar as nossas energias, pensamentos, saberes e relações às nossas necessidades. O isolamento da pandemia da covid-19, assim como a tristeza, a dor e a ansiedade nos colocaram em um lugar de desconexão. Por vezes, nos sentimos apartados uns dos outros e as redes que sempre nos apoiaram não são construídas. O trabalho que o Obará realizou desde esse período foi de criar essa rede. A energia do Núcleo Obará reverbera como a energia de saúde mental e é preciso olhar para tudo que a envolve e olhar também para essa juventude, podendo perceber que elas se potencializaram e levam para as suas vidas outras práticas integrativas, como o reiki, a radiestesia e a massagem ayurvédica.

Nosso projeto se transformou em algo mais amplo a partir das práticas integrativas que escolhemos aplicar porque são muitos os saberes envolvidos. Trocamos esses saberes internamente para que outros também possam receber cuidado e atenção adequados, acessando um espaço mais energético. Durante a pandemia, tivemos de ampliar as tarefas porque foi grande a procura de autocuidado e reconexão com a terra a partir deste lugar terapêutico.

Estamos trabalhando para que, no futuro, tenhamos mais uma relação com o corpo, com a terra e com a mente de modo mais tranquilo, para que possamos diminuir a ansiedade e tornar possível uma conexão saudável com a nossa terra. Até lá, o Núcleo Obará tem se organizado para oferecer atendimento psicológico mais amplo por meio do aumento do número de profissionais de psicologia, bioenergética e outras práticas integrativas.

**Nossos saberes foram roubados e capitalizados. Todas essas práticas, como ayurveda, reiki e ioga, englobam um núcleo ambiental no qual nós, pessoas negras, podemos dialogar, sobretudo porque esses ensinamentos e essas práticas de autocuidado, inclusive envolvendo uso de ervas, são saberes dos nossos ancestrais.**

Tudo isso é fundamental para que nós nos reconectemos com a nossa essência, para que possamos nos conectar com a nossa terra, com as ervas, com a alimentação trazendo saúde para o corpo. Tudo o que foi dito até aqui escancara o que

nos foi roubado. Promover uma escuta, uma observação e um cuidado amoroso coloca a gente no lugar do amor e de sentir o bater do coração junto com a terra. Os saberes dialogam para que nós tenhamos um resgate interno e para que tenhamos também uma conexão entre nós que seja amorosa e afetiva. Não precisamos ser tão duros com nós mesmos; ao contrário, o que precisamos é nos enxergar de forma amorosa, acolhedora, suave e tranquila. São maneiras de se relacionar com todas as durezas que temos de enfrentar.

**Há uma necessidade latente de que sejam criadas, aplicadas e regulamentadas as políticas ambientais no Brasil, sobretudo, após os quatro anos de retrocesso com relação ao meio ambiente. Existe, infelizmente, uma falta de ação efetiva de grande parte dos governos para que seja possível reverter o aquecimento global e diversas catástrofes ambientais já anunciadas por cientistas.**

**De que forma a população brasileira se posiciona com relação às emergências climáticas? Há uma série de ações globais que precisam ser tomadas, mas também é preciso que cada um faça sua parte no seu entorno.**

◆◆◆◆ SUELY ARAÚJO<sup>5</sup>.

“A pandemia de covid-19 causou um movimento e trouxe a tona a necessidade de se repensar a relação da sociedade com a natureza no pós-pandemia, sobretudo porque a pandemia é causada por um desequilíbrio. Até onde se sabe a relação homem-natureza veio de uma alimentação equivocada com animais vivos. O estudo de várias pandemias mostram que quando há desflorestamento e destruição de habitats, diversos agentes biológicos, como os vírus, passam a viver em áreas urbanizadas, ocasionando desequilíbrios e, conseqüentemente, o surgimento de novas doenças.

Esse desequilíbrio está acontecendo de modo mais acentuado hoje em dia e, por conta disso, muitos países estão refletindo sobre a lógica da relação homem-natu-

//////////

<sup>5</sup> Especialista Sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima, foi Presidente do Ibama (2016-2018)

reza pós-covid. Em todas as classes sociais e tipos de comunidade há, atualmente, preocupação com a preservação na natureza. E, infelizmente, pessoas altamente escolarizadas e cheias de títulos acadêmicos têm sistematicamente negado e agido de modo absolutamente inapropriada no que se refere a esse debate.

**As políticas do governo Bolsonaro foram altamente destrutivas para o meio ambiente e foram executadas com uma visão ultrapassada com relação ao que é e ao tipo de desenvolvimento que é necessário para um país como o Brasil.** Para as autoridades do governo passado, o ambiente deveria ser degradado e destruído e, mais perigoso ainda é que ainda hoje há muitas pessoas que apoiam esse tipo de política e que negam, não só não as mudanças climáticas como as necessidades de uma política ambiental que olhe para os reais problemas do clima e da devastação ambiental.

A política ambiental é regulatória, e possui regras em todo o mundo. Ela é feita com regras, licenciamento, multa e fiscalização e não se trata de uma política de distribuição de dinheiro ou de benefícios socioeconômicos. Nesse sentido, a política ambiental incomoda aqueles que não querem entender a sua importância. Durante os últimos quatro anos, o antigo governo tratou as políticas ambientais em busca de afastá-las e removê-las. Durante muito tempo, tanto a Câmara de Deputados quanto o Senado Federal não cederam às tentativas de alteração da legislação ambiental, porém o antigo governo engavetou muitos projetos de preservação do meio ambiente e aprovou medidas provisórias para flexibilizar diversos tipos de legislações.

O congresso durante os quatro anos, passou a se articular para passar a “boiada” defendida por Ricardo Salles, flexibilizar a resolução do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), revogar a instrução normativa e diversas leis que geraram um profundo retrocesso nesse assunto.

Uma pesquisa recente, realizada em 2020, evidenciou a forma do brasileiro de pensar o meio ambiente. Segundo a pesquisa que foi auditada por uma universidade norte-americana, 70% dos brasileiros preferem proteger o meio ambiente mesmo que isso signifique menos crescimento econômico; enquanto 95% dos brasileiros sabem que as mudanças climáticas são reais e ocorrem também por interferência humana.

Os números apontados pela pesquisa são surpreendentes, no entanto, quando a pesquisa registra o que os brasileiros fazem e como eles lidam com o meio ambiente, os números são pequenos. **As pessoas estão preocupadas com o meio ambiente, mas não desenvolvem ações para impulsionar mudanças. Eu sou professora-voluntária na Universidade de Brasília e, é importante que as pessoas entendam que, independente de partido político, é preciso proteger o meio ambiente e essa deve ser uma pauta das diversas linhas políticas e partidárias.**

Os Estados Unidos tinham acabado de sair do acordo de Paris, – compromisso mundial sobre as alterações climáticas e prevê metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa – com o Trump e retornam com força querendo liderar o processo da implementação do acordo. A China, por outro lado, sempre foi um país com muitos problemas ambientais, com uma economia baseada em carvão, muita poluição e alta emissão de gás. A China é a maior emissora de gás de efeito estufa no mundo hoje depois dos Estados Unidos. O Brasil ocupa o sexto lugar no ranking e o nosso lugar se deve, sobretudo, ao desmatamento, que corresponde a 44% das nossas emissões. É um equívoco falar que somos apenas agentes protetores do ambiente, pois nós, brasileiros, também poluímos o mundo.

Do ponto de vista internacional, nós começamos a discutir o clima na convenção em 1992 no Rio de Janeiro, mas agora precisamos de alterações urgentes. Os países insulares que são afetados pelo aumento do nível dos oceanos, de gelo dos polos já estão perdendo áreas significativas. Nós temos em nosso país uma faixa costeira imensa que movimenta muita atividade econômica e abriga inúmeras comunidades tradicionais, e elas são e serão diretamente afetadas se a gente não atuar para buscar equilíbrio climático de uma forma mais ampla.

Pessoalmente, acredito que com muita luta é possível reverter os retrocessos deixados pelo governo Bolsonaro. Acredito também que essa luta tem de ser ampliada, é preciso sair da redoma dos técnicos e ambientalistas e alcançar outras camadas da população. Precisamos nos mover e trazer a educação ambiental e o debate da agroecologia para o centro, porque tudo que envolve a proteção do meio ambiente é fundamental, e essa é a luta da minha vida. Eu sei que o Brasil está nessa discussão, mas ainda é preciso avançar muito mais.



**Lutar! Construir reforma agrária popular! Esse lema do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) conta muito sobre a força política e o engajamento que a luta por terra, trabalho e por uma alimentação digna é feita dentro desse movimento. Construir a visão de que a terra é de todos e precisa estar a serviço do bem-viver e não do capitalismo é uma tarefa diária que as companheiras e companheiros executam.**

**Por que é preciso construir espaços de articulação entre movimentos do campo, da cidade, pesquisadores, governos entre outras entidades? De que maneira a luta pela terra está entrelaçada totalmente pela luta na reversão das mudanças climáticas que se intensificam ano após ano? O que significa uma bandeira hasteada pela vida e pela soberania alimentar e nutricional de toda a população? Tudo isso faz parte dessa ponte que conecta os movimentos sociais do campo e a construção da pauta do clima, da saúde e da agroecologia.**

◆◆◆◆ DONA MARIA ALVES<sup>6</sup>.

“A pandemia dos últimos anos ampliou a necessidade da gente se reconhecer enquanto grupos e movimentos preocupados com o futuro do planeta. O rapper Emicida falou sobre como se dá a formação humana, o envolvimento e o movimento agroecológico, assim como a responsabilidade com a terra e com o meio ambiente. **Nós somos terra. Nasci sem-terra, hoje sou sem-terra e continuo sem terra, porque a terra não é mercadoria, não é propriedade de ninguém, a terra é para plantar alimentos para vida e sustento.**

Quando falamos da formação humana e da agroecologia, se trata de um movimento agregador e quando falamos de movimento agroecológico, estamos discutindo formação humana. Os dois movimentos em que se encontram a agroecologia não se sustentam sem o outro. A agroecologia é uma filosofia de vida e aqui no assentamento, nós adotamos, seguimos e vivemos essa perspectiva. Ainda assim, tem muita gente que acha que viver dessa forma não é possível, **mas, na verdade**, não é mais possível viver como determina o capital. O capital no campo determina qual é e qual será nosso cardápio. O que nós temos que comer vai se perdendo e a

//////////

6 Militante do Movimento Sem Terra (MST).

relação de plantio e de alimento está definida entre dar ou não dar lucro, logo não tem que produzir.

**O sistema agroecológico vem pra dizer: nós temos que produzir a diversidade independentemente do lucro. A produção de alimentos, a produção no campo, a produção na terra precisam ser solidárias e sustentáveis e elas não visam o lucro máximo.**

Não podemos mais explorar e esgotar os solos, acabar com os recursos naturais que já são poucos. Nós não podemos desrespeitar o ambiente que é a nossa casa. Ainda temos a oportunidade de termos vida. Quando falamos que se o ambiente está saudável, nós temos saúde, não é exagero. No entanto, se esse ambiente continuar recebendo toneladas de veneno e lidando com os impactos causados pelos negócios do campo, seja capital internacional ou nacional, com o apoio de governos que não têm nenhum compromisso com a terra, perderemos a chance de recuperar e de viver com as nossas famílias e comunidades. A retirada de direitos foi tão ampla nos últimos anos e ocasionou tantos danos sociais e ambientais que, para reverter a situação, levará muito tempo.

Nosso projeto de reforma agrária de assentamentos é popular, porque nós não queremos mais nenhuma pessoa pensando que a terra é para ser negociada ou colocada à disposição para especulação. Quando surgimos em 1984, o MST tinha três objetivos principais: 1) ocupar a terra como principal atividade para acabar com o latifúndio, 2) fazer a luta pela reforma agrária e 3) fazer a transformação social. Nós não abrimos mão de nenhum desses princípios, assim como não abriremos mãos dos nossos objetivos. Hoje o problema não é só latifúndio, porque ele aumenta cada vez mais, porém estamos em uma luta para que tanto a terra urbana quanto a rural cumpram a sua função social de moradia.

Nesses anos de movimento MST, ao lado de outros movimentos, não conseguimos avançar na reforma agrária e nem em outros projetos de produção agrícola. Nós não levantamos somente a bandeira pela reforma agrária e pela terra. Nós levantamos bandeira pra todos e pra tudo que retira direitos da classe trabalhadora. Nos levantamos contra a ausência de políticas públicas que atendam a população.

O alimento que plantamos é produzido sem o veneno, sem o adubo químico e respeitando o solo. **Nós não queremos que os alimentos cheguem à mesa dos trabalhadores com preços exorbitantes. Nós lutamos por preços populares, alimentos**

**saudáveis e fazemos essa luta ao lado de várias categorias como os trabalhadores da cidade. Na luta por agroecologia e alimentação saudável, não se divide camponês e urbano.** O objetivo é que o alimento chegue a todas as pessoas.

Nós somos capazes, muito embora digam que a pequena agricultura não dá conta, de alimentar a população. Nós já provamos que 70% da comida presente nas mesas das pessoas são oriundas da pequena agricultura e de assentamentos de reforma agrária. Com um pouco mais de apoio, nós avançaremos ainda mais. Já estamos avançando na relação com a academia e com vários movimentos sociais. Em São Paulo, fizemos um levantamento e mapeamos uma série de produtores urbanos que têm hortas, sejam elas escolares, comunitárias, linhões ou apenas de hortaliças. Essas práticas são saudáveis e devemos lutar por isso. Somos os maiores produtores de arroz orgânico da América Latina.

Queridos irmãos, não tem outro caminho, não tem outro caminho. Se a gente quiser ter uma formação de consciência, precisamos compreender que o lucro, o dinheiro e o capital já provaram, desde a Revolução Verde, que suas contradições devastam e adoecem a saúde. **Se nós não estivermos em luta e em enfrentamento, veremos a degeneração humana em vários cantos desse país, pois as monoculturas estão acabando com os rios: nossa água é importante.**

O movimento é pedagógico, pois quando uma ocupação se estabelece e se firma em algum lugar, o assentamento é quem vai movimentar os setores estruturantes que são criados dentro do movimento. Vamos tentar deixar uma terra com condições para as novas gerações. Esta é a alegria de ser uma sem-terra assumida. Existe um vídeo feito em Eldorado dos Carajás, registrando aquele massacre maldito. Precisamos lutar para que não haja mais massacres; foram vinte e duas pessoas mortas porque queriam trabalhar, porque queriam viver, porque queriam um pedaço de terra. Estamos com a bandeira do MST aqui, mas nós estamos lutando por toda a sociedade, por tudo e todos para conquistarmos os nossos direitos.

**Quais as ferramentas de luta que foram preciso ser armadas durante a pandemia do covid 19? Quantas pessoas morreram de falta de vacina, de cuidados, por falta de alimento e por falta de trabalho? De que cor e onde vive e vivia essa população? As constatações sobre urgência das mobilizações sociais que se ergueram durante os anos do último governo, levou a acreditar que as redes de apoio foram e ainda continuam sendo fundamentais para que haja a manutenção da vida do povo negro, indígena, periférico e das comunidades tradicionais do campo e da cidade.**

**Em homenagem ao poeta Solano Trindade, a campanha “Tem Gente Com Fome” alimentou muitas famílias e ainda segue alimentando assim como a necessidade de combater a monocultura do agronegócio e ampliar a garantia de terra, de políticas de agroecologia e de combate a fome e a miséria em todas as regiões do país.**

◆◆◆◆◆ SHEILA DE CARVALHO<sup>7</sup>

“Para nós, quando éramos crianças pintando a Terra de cor azul e marrom, o planeta era uma coisa. Hoje, entendemos que ela é outra. Estar na Terra e habitar a Terra significa a luta por comida, por moradia e por existência. Todas essas palavras acima colocaram em evidência os anseios de um mundo que até então só a gente tinha cuidado e apreço pela política ambiental, que envolve a terra. Estar aqui é uma oportunidade de pensar e de sonhar um mundo muito melhor do que o que estamos vivendo, tudo isso baseado na luta pela terra e, conseqüentemente, pela luta por comida, moradia e sobrevivência de nossas comunidades.

Este cenário caótico de fome que se intensificou nos últimos anos, nos faz pensar na importância da segurança alimentar, pois é preciso no que significa a insegurança alimentar. Não saber de onde virá a próxima refeição, não ter certeza se terá alimento para se alimentar, se irá sobreviver escancara diversas vulnerabilidades.

//////////

<sup>7</sup> Advogada Internacional e professora de Direitos Humanos. Presidenta do Comitê Nacional de Refugiados (Conare) e assessora especial do Ministro da Justiça, Flávio Dino. Fellow do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU.

Temos números muito consistentes em relação ao avanço da pobreza extrema nos últimos dez anos. **Em dez anos, os índices de pobreza extrema no Brasil quadruplicam. Quatro vezes mais pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil. O que isso significa em termos de fome? Um terço do país está em uma situação de fome hoje. Um terço do Brasil, um país gigante, está com fome.** Um país, ironicamente, cheio de terra — que poderia ser utilizada de diversas formas se tivermos políticas de incentivo, de desenvolvimento e políticas que atendam as demandas da agricultura comunitária.

Todo esse contexto me fez lembrar de meu tio Raimundo. Ele vive em uma cidade chamada Codó, localizada no interior do Maranhão, perto dos Lençóis Maranhenses, um lugar quase perdido e esquecido por Deus. Lá, existe uma comunidade muito forte. O meu tio Raimundo tem 86 anos vivendo e plantando na mesma terra, baseada na agricultura familiar. Eles comem o que produzem; eles vivem do que eles cultivam e a relação com a comida. A relação de meu tio Raimundo, das pessoas da comunidade de Codó e a nossa relação com a comida é muito diferente do que é praticado nas zonas urbanas. Essa relação de cuidado, dessa relação de entender a importância de um alimento e a relação de uma completa ausência de desperdício.

Conforme a gente vai se desenvolvendo nessa sociedade capitalista predatória que preza a política do agro numa perspectiva do agro é pop, não é comum e é pra poucos. O agro é oriundo de uma elite que se utiliza da exploração e a mantém para gerar a fome. A gente esquece da importância do alimento gerado por nós.

A construção da campanha *Tem gente com fome* em um Brasil em que a fome voltou a ser a realidade também me fez olhar para a relação com a comida de outra forma. Esta ação comunitária tem sido construída com parceiros de várias frentes e tem como objetivo enfrentar a fome. Infelizmente, a ação humanitária se faz necessária. Não queríamos fazer ação humanitária, pois isso deveria ser uma ação de política pública. Isso devia ser política de Estado de enfrentamento à fome. A fome deveria ser prioridade, porque quem tem fome não resiste. Não tem possibilidade de existência se a pessoa está com fome. A fome é a primeira das agências que a gente deveria suprir e a gente não vê isso sendo priorizado.

Durante a campanha, temos recebido muitas mensagens de pessoas que valorizam o alimento e cada grão de arroz contido no prato. Cada bocado de feijão e saladas formadas pelos grupos de orgânicos que compõem as cestas; tudo aquilo é valo-

rizado, e valorizar o alimento é algo muito bonito. Isso significa valorizar a terra e a luta por essa terra — a terra que é nossa e nos foi tirada. Então, ainda que pareça só uma ação humanitária, ela valoriza o que a gente faz para fins de sobrevivência. Esse é o mote da campanha *Tem gente com fome*.

**Não tem resistência se tem fome. Não tem luta se tem fome, não alcançaremos grandes mudanças se a fome é uma realidade.** A campanha busca lidar minimamente com a fome, e isso se dialoga muito com as ações políticas que estamos fazendo, sobretudo enquanto pessoas negras denunciando o genocídio negro.

O que é o genocídio em termos políticos? É uma ação deliberada para eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais e religiosos. Estou usando de uma terminologia e uma conceituação jurídicas, mas tem algo mais evidente do que essa eliminação deliberada da nossa raça: enquanto país e enquanto projeto de nação vivemos uma política de genocídio no Brasil que vem sendo agravada, sofisticada e encorpada com aliados ainda mais fortes. Não à toa, Jair Bolsonaro ocupou durante quatro longos anos presidência da República nos dando a legitimação popular de um discurso genocida.

As estatísticas reforçam essa realidade, seja pelos recordes de fome, de desigualdade e mesmo de encarceramento. Tivemos a pior experiência em relação à contenção da pandemia, temos uma das maiores populações carcerárias do mundo e, a polícia no Brasil é a polícia que mais mata no mundo.

A sofisticação está organizada de tal forma que o ex-presidente Bolsonaro articulou nossa morte no presente e no futuro. **Quando falamos sobre política ambiental, falamos disso também. Pensar política ambiental é pensar no outro de uma forma mais ampla, para além das lutas já travadas, porque pensar política ambiental é pensar nas gerações futuras, gerações que ainda nem existem.** Pensar em política ambiental é pensar na continuidade da resistência e da sobrevivência, então as estratégias de morte do bolsonarismo são genocidas e ecocidas. É um atentado múltiplo à humanidade. A ação reverbera agora e no futuro.

Existe um alinhamento estratégico para matar os nossos e os nossos futuros. Estarmos juntos, portanto, é fundamental para as nossas lutas e para a manutenção e fortalecimento da resistência comunitária. E eu falo sobre a agenda comunitária, porque a transformação maior e macro ocorre por meio da transformação do vínculo, ocorre por meio de unidades de cuidado que vamos construindo; o cui-

dato também gera unidades de ação política resistentes. Acredito em nós para nos salvar; temos que pensar é nós por nós, nesse momento é nós por nós. Pela nossa sobrevivência, pelo nosso ambiente, pela nossa terra e pela comida que lutamos diariamente.





# AGROECOLOGIA E ANCESTRALIDADE: COMBINAMOS DE NÃO MORRER



TRANSCRIÇÃO DA LIVE:  
Direitos roubados - Agroecologia e Ancestralidade



PARTICIPAÇÃO: Adriana Rodrigues de Jesus  
e Bruno Tserebutuwe Tserenhimí rãmi



## NÓS COMBINAMOS DE NÃO MORRER

Os povos indígenas sempre estiveram cuidando da terra. Os povos negros que chegaram no Brasil sempre souberam cuidar da terra. O cuidado com a natureza, a forma de olhar para ela de maneira integrativa, o respeito pelas diversas formas de existências é algo que sempre esteve presente nas comunidades negras e também nas aldeias indígenas. Guiados pela ancestralidade e também pela espiritualidade, o sagrado e sua relação com o entorno é algo presente nas diversas cosmovisões indígenas e afro-brasileiras que se estabeleceram no Brasil ou mesmo que sempre existiram antes da chegada do colonizador.

As práticas agroecológicas, que ganham esse nome depois de uma sistematização acadêmica é algo que, precisa ser cada vez mais, aprendido com quem veio primeiro e sempre praticou a agricultura dessa forma. Por isso, as pontes construídas por iniciativas como as realizadas pela Uneafro, que articula quilombos, periferias e comunidades indígenas, vem com a potencialidade dos conhecimentos que já estavam sempre presentes nessas comunidades e que, vez ou outra, se encontravam adormecidos.

Reaprender a consumir alimentos que foram deixados de lado na cultura alimentar de determinado grupo, ampliar a realização de feiras com preços acessíveis, seguir trabalhando as pontes entre a favela e os quilombos, demarcar terras indígenas para que haja continuidade dos povos e seus conhecimentos. Só assim é possível construir uma agroecologia que seja verdadeira em sua essência e que dê conta de acolher todas as diversidades dos povos que mais são marginalizados e deixados de lado na criação de políticas públicas.

◇◇◇◇◇ Com a palavra, **ADRIANA RODRIGUES<sup>1</sup>**:

Seguiremos agradecendo aos céus junto com os povos tradicionais dessa caminhada reaprendendo, resignificando, lembrando, revivendo nossas memórias, registrando e resgatando o que foi perdido e apagado. Lembrando que nosso solo, nossa terra é sagrada assim devemos cuidá-la, respeitá-la e passá-la para os que virão que há este modo de vida e vivências.

Início saudando os meus ancestrais, meus orixás e a toda essa ancestralidade que também compõe o trabalho das mulheres do meu próprio trabalho. **Essa conexão ancestral não se limita no campo subjetivo, ela também se realiza no campo da materialidade. Essas divisões são elaboradas e forjadas pela branquitude. Portanto, a ancestralidade de fato compõe tudo que nós almejamos para um futuro e para um bem viver, da nossa comunidade.**

O projeto Mulheres de Ori é uma organização de mulheres negras, um coletivo que atua na cidade Tiradentes desde o ano de 2012. Fazemos uma consultoria que pertence à Quitanda das Minas e o nosso grande tema é a cultura alimentar afro-brasileira, com atuação em várias frentes onde esse tema é fundamental. Um dos projetos é o projeto “Quilombo e Quebrada”, uma feira de orgânicos que nós realizamos nas periferias de São Paulo, mais especificamente no Jardim Lapena, Jardim Pantanal, em São Miguel Paulista e na cidade Tiradentes. Temos uma parceria que é a cooperativa de agricultores quilombolas do Vale do Ribeira junto do trabalho realizado no Instituto Socioambiental.

Quando falamos dessa iniciativa, entendemos que o projeto tem um começo, um meio e um fim. O “Quilombo e Quebrada” é uma iniciativa com a perspectiva de pensar um novo modelo de sociedade, não se trata somente de uma feira. Ele consegue, a partir da comercialização a preço justo de orgânicos e com a presença dos quilombolas nas periferias, é trazido à tona a discussão de um tema tão fundamental para nossas vidas como o racismo alimentar, o tricídeo e o não acesso à alimentação orgânica e saudável.

//////////

**1** Historiadora, mestre em história social e doutoranda pela UNICAMP. Coordenadora das Mulheres de Ori.

O não acesso à alimentação saudável, à produção orgânica e aos produtos orgânicos é uma estratégia de genocídio da população negra, justamente, porque quem mais está vivenciando uma situação de insegurança alimentar e fome é a população negra, e, sobretudo, as mulheres negras. Várias pesquisas que já foram realizadas comprovam isso, inclusive, na pandemia essa realidade foi exacerbada de forma estonteante. **Portanto, a fome tem cor e tem gênero.**

Essas comunidades quilombolas com que o Coletivo trabalha possuem um tipo de manejo que é agroecológico, uma tecnologia ancestral cooptada pela branquitude e incluída numa lógica academicista. **Esse saber se transforma em uma Ciência como se fosse uma nova perspectiva de agricultura ou de manejo da terra, quando na realidade os nossos ancestrais já praticavam esse tipo de manejo que é sustentável, responsável pela preservação das florestas e das matas há séculos.** Portanto, quilombolas do Vale do Ribeira através da Cooperquivale possuem esse tipo de manejo há quinhentos anos naquele espaço, ou seja, resistindo, um trabalho que inclusive foi reconhecido por uma política pública federal e política de patrimônio imaterial.

## **AGROECOLOGIA É UM SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL QUILOMBOLA**

É interessante pensar como esses povos de comunidades tradicionais têm um tipo de manejo e de trato com a terra que faz um contraponto de um modelo de sociedade ao modelo econômico que nós vivenciamos. Trazer à tona e fortalecer esse tipo de manejo e também como essa produção deve chegar até os espaços periféricos, até as pessoas que não tem acesso a essa alimentação são estratégias de combate ao genocídio da população negra e também uma forma de criticar o modelo de sociedade que é predatório de produção do agronegócio.

Discutimos através dessa iniciativa sobre a ausência ou a ineficiência de políticas públicas que são incapazes de fortalecer, por uma série de interesses do capital, esse tipo de produção e de manejo. Ademais, **existe uma população que é capaz de produzir toneladas de diversidade em São Paulo, no Vale do Ribeira e que vivencia uma situação de racismo ambiental, de ameaça e não reconhecimento do seu território, em síntese, um legado escravocrata do nosso país.**

Há ainda outra população também negra, periférica que por conta do próprio racismo e de como foram se constituindo, a partir da apropriação e o roubo das terras do nosso país, foram expulsas do espaço rural e acabaram empurradas para as cidades, ocupando as periferias, criando e formando as favelas. Essa população, têm a mesma origem histórica dos povos quilombolas e, enquanto uma está resistindo no campo, a outra nas periferias e, de alguma forma estão ligadas, pois sofrem a ausência dessas políticas públicas alimentares em que não se viabiliza a produção da diversidade e a preservação desse sistema agrícola tradicional. Tudo isso impede o acesso a alimentação, resultando na fome que essa população negra urbana vivencia.

Este é portanto, um tema fundamental na agenda política dos movimentos negros urbanos e do movimento negro rural. A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAC) já vem fazendo isso, pensando e debatendo formas de como combater o racismo ambiental, e a iniciativa do “Quilombo e Quebrada” tem uma perspectiva muito importante que é essa conexão entre o movimento negro urbano e o movimento negro rural.

Essa aproximação se propõe a pensar um futuro de saúde e bem viver para nossa população. Uma vez que, a produção e o acesso à alimentação vem sendo cerceado por conta do racismo, da desigualdade de classe, de gênero e em conjunto podemos construir uma agenda política que fortaleça e viabilize políticas públicas para combater o genocídio da nossa população, do campo e da cidade. Há um número absurdo de pessoas em situação de insegurança alimentar e em contrapartida existe o quilombo que produz diversidade e qualidade e, o que falta é o papel do Estado para viabilizar esse acesso e as pessoas consigam consumir alimentos com qualidade.

A iniciativa de pensar um novo modelo de sociedade é justamente questionar a quem atende determinadas políticas públicas ou a quem essa ausência de políticas públicas vem beneficiando, trata-se de um poder econômico que é também um poder étnico-racial instaurado em nosso país.

Um dos desafios do “Quilombo e Quebrada” é a realização do acesso dessa população aos alimentos orgânicos extremamente baratos. Nós fazemos uma feira com preço de atacado e as famílias, empobrecidas das periferias consomem. Elas vão muito aos atacados, locais onde geralmente os preços são mais viáveis. Nessas feiras, colocamos à disposição uma enorme diversidade de alimentos que não são muito

comuns e que as pessoas não estão habituadas a consumir ou então que possuem uma memória afetiva porque já morou no campo e já vivenciou aquele alimento.

Um exemplo é como as pessoas ficam emocionadas ao ver jaca, e isso é tão bonito e tão cruel ao tempo. Um outro alimento que é cruel observar é o palmito, porque é um dos principais produtos que o quilombo do Vale do Ribeira produz e, o palmito in natura as pessoas nunca tinham visto. Primeiro porque é extremamente caro e vem industrializado, enlatado, cheio de veneno e, quando elas vêem o palmito in natura não sabem como manusear.

A feira é um sucesso nos territórios e o preço de fato é o que mais chama a atenção das pessoas. Além disso, as pessoas conseguem retornar para a feira e dizer como é diferente consumir uma banana orgânica agroflorestral. Elas comentam que é possível sentir o gosto, que é diferente da banana que se compra geralmente em feiras comuns e mercados. O fato é que estamos sendo envenenados e envenenadas, o que nós consumimos é veneno, agrotóxico.

Com o acesso a esses alimentos de qualidade as pessoas conseguem sentir a diferença. Além disso, fazemos um trabalho de base, ou seja, discutimos com as pessoas através desses espaços a origem desses alimentos, o quão benéfico são para a saúde e o esforço existente para que cada vez mais seja mais barato e mais acessível.

O projeto “Quilombo e Quebrada” tem exatamente essa perspectiva pedagógica com essa população. Discutimos a questão étnico-racial, falamos de agricultura familiar quilombola, de produtos orgânicos advindos dos quilombos e trabalhamos nessa perspectiva durante as feiras e fazendo esse trabalho pedagógico, usando também as redes sociais e os grupos de WhatsApp.

◆◆◆◆ BRUNO XAVANTE<sup>2</sup>:

## POVOS INDÍGENAS E ANCESTRALIDADE

Para falar sobre ancestralidade na agroecologia é necessário questionar: como é que a gente vivia antigamente? **Os nossos ancestrais, a caça, a pesca, as roças faziam com que houvesse um modo de vida mais feliz e com uma alimentação saudável.** Então o que muda é o que a gente vive atualmente nessa realidade tão diferente. Infelizmente, o capitalismo entrou na aldeia, entrou nas comunidades, e perdemos esses alimentos saudáveis que se comia antes. Com a aproximação dos fazendeiros, a invasão e destruição das nossas terras indígenas, o que temos hoje é, por exemplo, a existência de aldeias em que não se consegue ver floresta, não há espaço para plantar e essa é a situação que reflete nessa nova realidade.

A demarcação de terras indígenas é exatamente para proteger o meio ambiente e poder continuar o modo de vida que tínhamos antes. As mudanças de vida, os hábitos, também se modificaram em todos os povos indígenas e, os que não desapareceram, que continuam resistindo sofrem com racismo, que é também o racismo ambiental. **Os povos indígenas reivindicam que seja incluída na agenda política a oportunidade de plantar seus alimentos, o direito de voltar a comer a alimentação tradicional que faz parte de nossa ancestralidade.**

Quando vemos alimentos orgânicos, os que são produzidos por nossos amigos que estão nas aldeias, sentimos saudade. Deixamos de lado a comida da cidade, e aproveitamos para comer a comida tradicional. No entanto, dificilmente encontramos essas comidas como era antigamente.

Essa agenda política relacionada aos alimentos tradicionais e também saudáveis é um desafio muito grande. Os povos indígenas são totalmente excluídos, discriminados e, por isso, a luta é extensa. Junto com o movimento negro e com as classes mais baixas, é uma luta para voltarmos a viver como nossos antigos viviam.

//////////

<sup>2</sup> Bruno Tserebutuwe Tserenhimírâmi, liderança indígena do Povo Xavante, assistente social e especialista em Saúde Indígena. Militante do Movimento Indígena e militante da Uneafro Brasil.



Ao analisar a saúde indígena percebe-se que o organismo das pessoas foram totalmente modificados. Atualmente, praticamente todos os rios para pescar e o solo para plantar estão contaminados. A população Xavante vem sofrendo para combater a diabetes e há um número assustador de pessoas que sofrem para curar essa doença que assombra esse povo. Por isso, é de grande importância essa discussão proposta pela UNEAFRO, para que seja incluída na agenda política as questões indígenas. Nos anos anteriores, em que a situação estava muito difícil para todos, a população indígena sofreu ainda mais. Com este novo governo, o desafio é a inclusão de todas essas questões através dos nossos representantes indígenas.

É importante que o cenário atual mude e possamos voltar a comer alimentos sem agrotóxicos e nos alimentarmos das nossas comidas tradicionais. Mas, **para que isso aconteça é necessário primeiramente a demarcação das terras indígenas**, pois o agronegócio cercou as aldeias, ele está em volta dos territórios onde nosso povo vive. E, só com a demarcação 100% dessas terras que iremos garantir o acesso à nossa comida tradicional com facilidade, com acesso à caça, à pesca e, fazer uma roça tradicional, pois a comida plantada na roça é totalmente diferente. O gosto é diferente, sentimos saudade desses alimentos, do milho, do cará, da banana.

O trabalho que fazemos com a juventude da Uneafro busca apresentar o resgate ancestral do cultivo, apresentando uma forma de relação com a terra que é de respeito com o uso dela e com conhecimento. **O Brasil tem muitos caminhos indígenas, muitos povos eram seminômades, entendiam o tempo de regeneração da terra.** Na metrópole essas coisas já não parecem ser possíveis, como São Paulo que é um grande território indígena de povos que tinham o hábito de transitar.

Ao conversar com a juventude, explicamos que o povo indígena representa toda sua aldeia, sua população e que não somos apenas o nome que apresentamos. **Desta forma, explicamos para eles que é muito importante conhecer o lugar de onde você vem, de onde se está vindo, saber quem são as pessoas da comunidade de onde nasceu, o seu povo.** Também falamos sobre a aproximação entre a aldeia e a cidade e sobre fazer um reencontro, discutir sobre demarcação de terra e a importância do território. **A juventude precisa estar consciente sobre seu povo, sobre seu território, a cultura, os costumes, pois serão lideranças de suas comunidades, para que com a vida na cidade esses jovens deixem de ser quem são, que se fortaleçam pois sofrem com discriminação e com racismo.**

Ao povo negro e ao povo indígena há uma questão central que é o direito ao território, o direito à terra. A Cooperquival reune dezesseis quilombos e desses dezesseis, apenas seis deles tem sua titulação parcialmente reconhecida. Além disso, existe também um problema do direito ao uso do território, porque as roças quilombolas são criminalizadas por conta do tipo de manejo que utiliza a queima, portanto, são cerceamentos de criminalização, de discriminação e de racismo que recaem tanto aos povos indígenas quanto à população quilombola e isso repercute na cidade e afeta diretamente o povo empobrecido, povo periférico, a população negra.

É necessária uma agenda política consolidada de combate à fome, de combate ao racismo ambiental, de combate ao racismo alimentar para que nós consigamos viver. O que se discute aqui essencialmente é sobre vida e morte. Queremos o direito à vida, direito à alimentação saudável e de qualidade.

É um desafio muito grande e nós sofremos racismo ambiental de todas as formas. Quando o povo Xavante faz queimada, assim como os quilombolas, é uma forma de manejo e dizem que os indígenas estão fazendo desmatamento. E isso é impressionante, porque toda a luta indígena é exatamente contra essa prática de desmatar **porque esses territórios são onde nós plantamos, é a terra que a gente pisa, é onde nossos ancestrais estão enterrados.**

O trabalho que desenvolvemos na UNEAFRO é de sustentabilidade pela nossa cultura, pela nossa produção de alimentos. Ademais, o que plantamos nas roças, infelizmente há discriminação. As comidas produzidas com agrotóxico, pelos fazendeiros e ruralistas acabam sendo mais valorizadas e isso não pode mais acontecer.

Por isso essa resistência segue tão necessária, e tantas lideranças traçam essa luta nessa sociedade. **São incríveis todas as técnicas, as vivências e práticas ancestrais, evidenciando ainda mais, como a sociedade atual deve aprender com os nossos ancestrais através dessas iniciativas.**





# CONEXÃO CAMPO E CIDADE: CONSERVAR E PRODUZIR

TRANSCRIÇÃO DA LIVE:  
Produção agroecológica na cidade e no campo

PARTICIPAÇÃO: Helen Souza,  
João Paulo Rodrigues e Bruna Macedo



## LAVRAR A TERRA-CIDADE PARA SER COLETIVA

Definir, conhecer e conceituar a palavra agroecologia fazendo com que ela acesse as mais diferentes camadas da sociedade é um desafio presente nos mais diversos movimentos que levantam essa bandeira como potência de transformação da sociedade. Há uma definição trazida pelas organizações que lutam pela terra e pela reforma agrária que pontua e reforça a coletividade presente nessa palavra e em tudo que ela carrega de sentidos.

Pensar políticas públicas de agroecologia urbana representam, mais do que tudo, compreender a complexidade dos mais diversos espaços urbanos e também diversificar o acesso para que haja possibilidade de se plantar, se comer e também de reduzir a fome e as desigualdades por meio da soberania alimentar tanto para o campo quanto para a cidade.

Além disso, o olhar que compreende a agroecologia em um espaço urbano como a cidade de São Paulo, localizada dentro de um bioma fundamental para os ecossistemas brasileiros, precisa ser pensada também junto com o acesso às políticas de recursos hídricos e dos demais insumos que dependem a produção agroecológica.

A cidade de São Paulo é um centro que borbulhar iniciativas de resistência aos processos violentos originados pela colonização e pela opressão dos povos negros e indígenas. Nesse contexto, grupos de mulheres, cooperativas, aldeias, comunidades se levantam para trazer a agroecologia como uma forma de reconexão com suas memórias ancestrais, com os quintais das avós, com os terreiros e territórios que se pintam de verde e de tantas outras cores para fazer possível a produção de alimentos saudáveis e acessíveis para toda a população.

Os depoimentos abaixo concentram diversas experiências práticas de transformação, de conceituação, de olhar para a terra e também de colocar as histórias de vida dos povos periféricos e tradicionais no centro como forma de se orientar para trazer a agroecologia não como um conceito acadêmico e sim como uma prática que ressignifica o que já foi feito historicamente pelos povos originários de cada lugar.

◇◇◇◇◇ Com a palavra, HELEN SOUZA<sup>1</sup>:

### DEFINIÇÃO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia é uma concepção de mundo, uma perspectiva cultural e ideológica, não somente uma questão econômica. É um modo de relação entre família, agricultor e camponês com a terra. Ela é necessariamente coletiva, não existe uma agroecologia do indivíduo.

**Na agroecologia, a demanda principal é combinar a convivência de sujeitos com os recursos naturais, é uma relação de mística, de dialética, de cumplicidade com o seu principal objetivo que é a coletividade.** Ela deve atender a essa demanda, no caso do MST, a agroecologia se baseia necessariamente a partir do território, da terra e de um processo de reforma agrária, ou seja, de luta política. Agroecologia que não contempla esses aspectos é capenga, pois nesse contexto trata-se de uma disputa com o grande capital. É importante a questão da disputa pela terra, pois é a disputa pela soberania alimentar, que representa questões importantes para o MST.

O conceito de agroecologia é uma combinação da produção de alimentos com a preservação ambiental. Há por exemplo, algumas confusões nesse sentido, como no caso dos orgânicos, em que a certificação é feita por uma empresa que muitas vezes atende exclusivamente as demandas do grande capital. **É possível haver alimentos orgânicos numa perspectiva de monocultura? Não.**

//////////

<sup>1</sup> Geógrafa e especialista em Áreas Naturais Protegidas. Diretora executiva da RPPN Sítio João Pimenta e membro da RAPP (Rede de Agricultoras Paulistas Periféricas e Agroecológicas).

É preciso relacionar diretamente a ideia do alimento orgânico com a perspectiva da agroecologia como uma concepção. **Segundo o MST, na agroecologia necessariamente deve haver o conflito.** Em geral, existe uma ideia comum que é possível ter agroecologia de apartamento, e isso não tem nada a ver com agricultura urbana, aquele apartamento lindo de Higienópolis com uma alface plantada na varanda? É maravilhoso um jardim vertical... Mas isso não resolve o problema, que está fundamentalmente no território, ou seja, na construção de uma agroecologia nas cidades. Por exemplo, a cidade de São Paulo com um cinturão verde enorme na zona Sul, com enorme produção do ponto de vista agroecológico.

É a maior cidade dentro do bioma da Mata Atlântica na Serra do Mar. Qualquer projeto político, de governo deve levar em consideração um processo de agroecologia na cidade de São Paulo que é muito mais amplo somente na produção de hortas urbanas. Ao pensar agroecologia em São Paulo é preciso considerar a produção de insumos como sendo base de toda a produção, um processo de reciclagem que a cidade merece, como separar quais são os produtos que devem ser antecipados, produtos que podem se transformar e levados para outro lugar e ainda há a questão da água.

## **AS ÁGUAS E A AGROECOLOGIA**

Na cidade de São Paulo não há um córrego entre uma distância superior a quatro ou cinco quilômetro, eles foram cobertos por concreto, **ou seja, existe quantidade de água imensa que pode ser recuperada numa perspectiva agroecológica,** a população da maior cidade do Brasil está em cima de um enorme volume de água e não há nenhum tipo de política pública voltada especificamente para gerir esse volume que seja voltada para a agroecologia.

Pode-se observar essa lógica em três perspectivas: nas áreas de especulação imobiliária; nas áreas públicas de escolas e postos de saúde e, mais um incentivo a essas praças de São Paulo, onde existem plantas ornamentais, flores, e que podem vir a ser hortas orgânicas com plantio de flor de brócolis, flor de itaipé de cenoura e assim, considerar uma reorganização da ideia de jardinagem, como se ela fosse apenas algo pra gente olhar de longe ou então algo de vigência legal.

**Pensar em um projeto agroecológico para cidade de São Paulo é considerar**

**fundamentalmente a soberania alimentar.** Se come e bebe o tempo todo e, como está o cuidado com isso? Ao fazer essa reflexão concluímos que é necessário que haja mais iniciativas, mais apoio, políticas públicas engajadas. Considerar uma revolução agroecológica, urbana e periurbana é entender a prática de pessoas que estão plantando cebolinha, e que elas podem também plantar mandioca, chuchu e por fim, elas estão plantando a comida que vão ingerir. É incentivar de fato isso de uma forma prática, pragmática e assertiva dentro das cidades.

**Segurança alimentar é um conceito que deve assegurar alimentação através da articulação entre mercado, estado e agricultores.** A soberania alimentar não pode ser o Estado impondo o tipo de alimento que ele acha importante e que pode produzir, pensando apenas numa lógica de mercado. É preciso enfrentar a questão da segurança alimentar do ponto de vista agroecológico, o que significa, avançar no debate sobre renda.

Agricultores trabalhando sob a perspectiva da agroecologia, não se faz porque é bonito e sim porque é possível uma outra forma de produção que não degrade a natureza e também quem produz. Por exemplo, para executar a prática de produzir leite de vaca na floresta, no pé da árvore por meio do sistema agropastoril. Dessa forma, agricultores preservam, cuidam e são justamente remunerados e, para que isso possa avançar, além de debater renda, nós temos que ter os meios necessários, o acesso à terra. Outro aspecto importante é a formação técnica, nas escolas de agronomia, atualmente, são formações limitadas apenas para o agronegócio e os profissionais se formam e ao mesmo tempo desconhecem a utilização e as técnicas necessárias da agroecologia.

Há ainda, a necessidade dos insumos, das sementes. Existe apenas uma única empresa de agroecologia no Brasil que produz sementes e é a do MST. Além dessa, todas as outras são muito pequenas, como a organização de povos tradicionais quilombolas, por exemplo, que desenvolvem um trabalho maravilhoso na colheita de sementes. Na região nordeste, indígenas realizam troca de sementes, algo ensinado por cubanos no **Programa Camponês para Camponês**, em que houve a articulação e troca do que é essencial, as sementes.

Na agroecologia isso não existe a utilização de fertilizantes. O MST tenta montar uma fábrica na Bahia e em Brasília pois são pouquíssimas técnicas que temos, uma vez que, são necessários determinados produtos de distribuição que não estão

disponíveis e há uma dificuldade muito grande. Como é que se substitui a ureia no Brasil por exemplo na produção de leite ou de carne? São dificuldades apresentadas e é necessário avançar no sentido da eliminação da dependência dos venenos!

**No governo Bolsonaro houve uma liberação de quatrocentos e trinta novos agrotóxicos.** Os Estados Unidos vetaram recentemente um veneno muitíssimo usado no Brasil e, veja, trata-se de um país liberal na agricultura. O debate sobre os venenos passa pelo entendimento que se trata de uma tragédia e essa questão deve estar presente em qualquer discussão sobre agricultura, os insumos são essenciais em projetos como este que temos aqui.

## **AGROECOLOGIA E PERIFERIA**

**A agroecologia de apartamento se tornou moda, no entanto para a periferia é questão de sobrevivência,** construída em terrenos periféricos de forma urgente e importante, como forma de construir sustentabilidade nesses locais, com qualidade de vida, comida e alimentos que não adoeçam as pessoas. É preciso também tratar do tema genocídio, principalmente trazendo como exemplo o caso do homem negro, que pode ser assassinado no mercado, e com a produção agroecológica e a autonomia gerada por ela, ele nem precisa ir ao mercado para sofrer os mais diversos tipos de violência.

As pessoas têm carência de comer bem e na periferia não se come bem, mas não acontece, que é dito para quem está nestes territórios que alimento saudável é apenas aquele com uma imagem de cor verde. Essa lógica é intencional, no contexto periférico e negro e em sua grande maioria não se come bem porque alimenta-se de produtos ultraprocessados com baixa quantidade de vitamina.

**A essa realidade, damos o nome de deserto alimentar, isto é, comida sem nutrição.** Ingerimos frituras, refrigerantes com altos índices de açúcar, doces e macarrão instantâneo repletos de sódio. Quanto de nutriente há nesses alimentos? Ter um real e conseguir comprar apenas esse tipo de alimentação e ao mesmo tempo, com um real não se pode comprar um chuchu ou uma beterraba? Ao refletir sobre o que é agroecológico, sem agrotóxico, limpo e que não vai fazer mal para saúde, questionamos: Quanto custa? Onde vende?

Nas conversas sobre onde quem mora aonde, sempre se escuta algumas falas muito pejorativas e **é necessário olhar de forma mais carinhosa no contexto da agroecologia urbana e periurbana para quebrar paradigmas, ou seja, falar de comida saudável, cutucando um lugar em que não se mexe.**

Ao abordar sobre esse tema entre técnicos, em lugares onde o poder público está inserido e se observa que não se fala no assunto e, portanto, não há escuta. Então, se não se fala e não se ouve, logo, não se faz nada a respeito. **E é aí que nasce a RAPA - Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas,** no contexto de oficinas participativas, ouvindo as pessoas que moram na periferia, nesses lugares em que fazem agricultura, com aqueles que estão no campo há muito tempo e que plantam de forma agroecológica como uma ferramenta de resgate dessa terra.

O projeto acontece pensando sobre onde as pessoas vivem, ouvindo o quanto representa aquele lugar para elas, os extremos do Sul, do Norte, do Leste, do Oeste e até mesmo, do centro. **Como esses territórios são vistos e como as pessoas se encontram neles, são espaços-dormitório apenas ou as pessoas gostariam de fazer mais coisas ali? Como fazer mais coisas nesses lugares?**

Assim nasce um movimento muito bonito, que vem acontecendo há vários anos e que se iniciou plantando em espaços bem reduzidos, pracinhas, canteiros. Uma senhora se reunindo junto de outras, plantando uma cebolinha que tinham vontade. Na pandemia esse movimento aconteceu dessa maneira. Começaram plantando em vasinhos nas casas, apartamentos, uma forma de resgate, de ser quem somos, natureza! Nos mapeamentos feitos dos últimos anos relacionando agroecologia, produção e venda, observa-se onde se vende e quem compra. E a população periférica está comendo bem? Será que ela está conseguindo ter acesso aos produtos agroecológicos? **Na escassez, as pessoas começam a plantar por conta própria.**

**Nossa saúde, nosso corpo, nosso bem-estar, nosso bem viver precisa ser cuidado para nos mantermos vivos, todos sabem disso, inclusive a burguesia.** Porém eles têm os acessos, os recursos financeiros. Nós daqui, falamos do movimento das agricultoras, trazendo um recorte feminino, potente, latente das mulheres periféricas. Elas revolucionaram os espaços, são elas que plantam, que colhem, que vendem, muitas vivências são compartilhadas nos encontros que temos da nossa própria rede. Ouvimos por exemplo “Eu estou aqui porque decidi estar e eu vou plantar, porque eu amo plantar, eu amo a terra”

Essas mulheres estão fazendo as cestas agroecológicas e esse é um movimento também interessante, pois a classe mais rica começou a entender também, que se pode encontrar produtos da periferia e chegar nas regiões mais ricas da cidade. Esses movimentos de troca, de como as pessoas lidam com os espaços na cidade, como alimentos do campo e agora produzidos na própria cidade. **Dessa maneira se expande a noção do quanto São Paulo é verde, e a ideia de uma cidade cinza simplesmente se apaga.** E essas agricultoras nesses trabalhos de produção agrícola e ecológica, trazem exatamente uma memória afetiva, nascida no olhar e vivência de cada uma delas e no final das contas, elas estão resgatando a si próprias.

**Plantar e comer alimentos que você mesmo produziu representam atos sagrados e há uma grande energia que vem desse movimento.** A produção dessas agricultoras, o local onde plantam, onde compram e recolhem sementes, insumos e onde vendem, são lugares totalmente distintos da cidade. Elas plantam na periferia e vão vender no centro de São Paulo, em pontos específicos. Estão na zona oeste e vão para o centro, estamos falando de mobilidade, de deslocamento, e porque não pensar numa ação local, com impacto sobre onde vivem?

Houve ainda um debate com a Academia, em que foi dito que aqui não era um lugar para plantar, com risco, pois o sol nesse espaço é ruim e não daria certo. As agricultoras foram para a Universidade questionando, pedindo provas de que o terreno não se podia plantar, não se podia construir uma comunidade. Elas fizeram um documento apontando que no local se podia plantar. Estavam corretas. Seguem resistindo e abrindo brechas na terra.

◆◆◆◆◆ JOÃO PAULO RODRIGUES<sup>2</sup>:

### **FRAGMENTOS FLORESTAIS**

Há um contexto de área verde em São Paulo chamado de fragmentos florestais. São conexões extremamente importantes para a fauna e a flora existentes na cidade. Os tucanos, os gaviões, o bem-te-vi, o sabiá-laranjeira. Essas aves fazem toda a diferença porque estão entre um fragmento e outro e elas são responsáveis pela disseminação das sementes. **Falamos sobre comer saudável, sem agrotóxico, plantado e colhido aqui dentro da cidade de São Paulo e com água limpa, pois, no processo do plantio, também se planta água.** O solo está sendo regado junto daquela vegetação, incluindo ainda, uma paisagem rural em São Paulo, com cachoeiras, parques, áreas verdes, áreas de proteção ambiental, elas precisam ser conhecidas.

É preciso sair da São Paulo cinza, tão estigmatizada, colocar o pé na grama, estar próximo da natureza. Na zona sul de São Paulo, havia uma área, um grande terreno que chamávamos de mato. Tinha tatu, cobra, muitos tipos de bichos em quintais. **Todos esses espaços estão atualmente presentes no cotidiano das pessoas, e trazem memórias que evocam o sentido de se reconectar com a natureza.**

### **AGROECOLOGIA, POLÍTICA E RESISTÊNCIA**

Em 2002 numa manifestação, o MST e o Quilombaque questionavam uma iniciativa de se levar restos de sujeira que havia embaixo do rio Pinheiros para um espaço no quilômetro vinte e sete da Anhanguera. A paralisação reivindicava o direito de que o assentamento da irmã Alberta fosse respeitado, ou seja, **agroecologia é de fato luta e participação nesses eventos para defender um modo de vida, como uma ferramenta de enfrentamento ao genocídio. E, ao falar em genocídio, falamos de pessoas periféricas,** pois são essas pessoas que passam fome, na maioria as que adoeceram e morreram na pandemia.

//////////

2 Agricultor, assentado de reforma agrária e Sem Terra formado em ciências sociais. Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

◆◆◆◆◆ BRUNA MACEDO<sup>3</sup>:

Na Quilombaque temos a oportunidade de nos reconectar com nossa própria história, nossas heranças, reconhecer nossos saberes para combater o genocídio contínuo, que vemos cada vez mais escancarado e que sempre enfrentamos esse processo, o da história da escravidão, do nosso contato com a terra que nos foi retirado.

**Incentivar a presença de hortas urbanas em pequenos espaços na periferia é uma forma de trazer para a população uma reconexão com a ancestralidade.**

Pois permite que aqueles que tinham o pé na terra, poderem pisar na grama, uma coisa simples, mas que apresenta memórias afetivas que carregam a capacidade e a potencialidade de compreensão que aquela terra é geradora de vida. **É tocar as pessoas de modo que entendam o direito à cidade.**

Trata-se também de um movimento em escala: nossos avós plantavam, na infância, mesmo empobrecida, comia-se bem, tinham abóbora e mandioca plantadas, nunca faltou comida. Visitar um assentamento do MST e ver agricultores é encontrar memórias e a importância de uma reconexão. Em Eldorado há um entendimento sobre nossas próprias trajetórias e sobre pensar que o alimento que está debaixo da terra, e no quanto isso é essencial.

Tivemos natais sem comida, pessoas passando fome. Agronegócio é plantação de soja e não há política pública dos governos estadual e federal para produzir comida. São discussões que precisam ocorrer nas dimensões raciais e também dentro do contexto urbano.

Trata-se de um tema bastante sensível e é preciso discutir e também estabelecer práticas como por exemplo, criar um banco de sementes, fazer trocas dessas sementes, considerando o contexto dos assentamentos do MST. Podemos também pensar nas lideranças guaranis que se encontram na zona sul de São Paulo, em que há várias aldeias indígenas na cidade.

**Refletir sobre essas questões faz com que se mude a imagem que temos dessa cidade e enxergar que não há somente concreto. Tem gente plantando sem**



**3** Bióloga, professora de Biologia Uneafró núcleo Comunidade Cultural Quilombaque e atuante no projeto de construção de hortas agroecológicas.

**agrotóxico, como os povos originários que já têm a cultura de troca de sementes, por exemplo, e eles já fazem esse resgate de sua própria terra.**

E, se tratando de políticas públicas, o que vemos ocorrendo efetivamente? Como no caso da gestão da água, em que ouvimos pedidos para economizar, mas por outro lado as grandes empresas, em especial o agronegócio, nada estão fazendo a respeito. E quem sofre com a falta de água, de luz e de alimentos é quem está na periferia.

**Quantos movimentos estão sendo feitos entre as mulheres, em que quando uma se movimenta todas se movimentam juntas? A agroecologia está nesse contexto, da realidade periférica, o colocar mais água no feijão para render.**

E essa partilha, esse contato coletivo é o resgate que tanto estamos falando aqui, de todo mundo comer bem! Parece que é algo tão simples, porém se vê apenas um movimento de política pública específica para uma alimentação saudável para quem está se recuperando em hospitais, por exemplo.

Em qualquer farmácia se encontra uma barrinha de cereal industrializada, onde você compra um remédio que o médico pediu e que tenha um certo conhecimento ancestral, por exemplo. Talvez um chá, uma erva, uma folha, um alimento está na natureza. **A indígena Francisca sempre afirma que nós somos a terra e toda a terra é medicinal.** O que se come é medicinal, um alimento específico que pode ser muito bom para o útero, o estômago, tomar um chá de gengibre... São diversas formas de cura comendo de forma saudável, tomando sucos, chás e ervas. São conhecimentos que não são repassados, não há disciplina na escola falando a respeito.

Na educação, dentro das escolas temos um grande problema para ser enfrentado, uma vez que não há, na formação de professores, nada voltado para esse tipo de conhecimento. É ensinado no ensino básico a plantar o feijão, o famoso feijão no algodão, e depois acabou. Mesmo com a melhor das intenções da professora, isso acaba e a potencialidade da criança no desenvolvimento desse conhecimento é interrompida.

Podemos considerar o entendimento do ciclo da vida vegetal, enxergar a alimentação como um evento holístico. Vamos ao mercado, vemos os alimentos lá jogados, até a água no alface que deixa ele brilhante, não se questiona, são ensinamentos de forma rasa. Enquanto professores temos que questionar os alunos, sobre terem visto as flores da cebolinha, se o alface tem flor... Por isso que a horta deve ser contextualizada na educação, ela é um instrumento formativo e pedagógico. Assim

temos acesso à informação, mostrando que a agroecologia é um benefício para a vida das pessoas.

**A RAPPa - Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas, é justamente um movimento que se inicia pela política, passa pela educação e pelo enfrentamento ao sistema. Pois tudo é política.** Quem é periférico sabe que pode ficar à margem de determinados contextos, como na tomada de decisões. Quando se fala de território da onde a periferia vive, da onde cresceu, onde está a família em que todos comem, ou seja, falar de comida é algo totalmente político.

Um movimento de uma horta é revolucionário pois estamos falando sobre ancestralidade. Por que não se conseguia falar sobre agroecologia antes, será que não se conseguia mesmo? A informação, que é a proposta da Uneafo, que ela está fazendo agora, não chegou antes, porque? É importante considerar o recorte e o contexto de gênero, da alimentação saudável para todos. Importante refletir porque antes isso não havia e porque, a todo tempo existe um projeto de destruição e de genocídio. **O líder indígena Ailton Krenak diz "estamos em guerra com o tempo" É preciso levar a sério isso com quem é jovem, falar, discutir, apresentar o pensamento crítico, apontar que tudo é política, a agroecologia, as questões do campo e da cidade.**

É preciso considerar porque nossos avós saíram do nordeste e não querem voltar para lá de maneira nenhuma. Geralmente se tratava de uma cidade do interior cuja vida como agricultora era muito difícil só que, ao mesmo tempo, aquele conhecimento permaneceu nessas pessoas. Nossas famílias têm conhecimento sobre agricultura, sobre plantar, sobre alimentação, é preciso se reconectar com isso. Uma reconexão que é coletiva e que melhora a vida dos nossos vizinhos da nossa família, de todas e todos.

O trabalho do Peregum é importante pois se trata de um processo de construção que é feito ouvindo relatos sobre a identidade dos nossos avós e avós. O conhecimento sobre a PANCs - Plantas Alimentícias Não Convencionais -, o quanto elas são riquíssimas, e o quanto é fundamental estudá-las e ter informação sobre elas. **Assim enfrentamos o genocídio, ocupamos os territórios e espaços urbanos, fazendo uma linha de frente contra o racismo ambiental, fugir do que o grande capital midiático impõe.**

Observar os registros feitos, a reunião de mulheres que lutam pelo direito à uma alimentação saudável, protegendo vidas, fazendo processos de resgate, pensando a cidade, seus bairros, onde muitos têm menos de uma dúzia de árvores, como na zona leste há diversos parques fechados. Olhar tudo isso com atenção e crítica é extremamente importante.

Temos que botar o pé na terra, observar o trabalho da COOPERAPAS, os encontros, as trocas, as curas dentro desses territórios, falando sobre os animais, as hortas, os conhecimentos compartilhados, o bate papos, as confraternizações, são todas formas de fortalecimento.







# CIDADES ANTIRRACISTAS UM SONHO COMUM

TRANSCRIÇÃO DA LIVE:  
Combater o racismo ambiental para  
a construção de sociedades sustentáveis

PARTICIPAÇÃO: Marcelo Rocha e Gisele Brito



## CIDADES ANTIRRACISTAS: UM SONHO COMUM

A agroecologia é uma ponte para combater o racismo ambiental na nossa sociedade e para que ela seja uma realidade nas comunidades, aldeias, quilombos e periferias, torna-se necessária a multiplicação de iniciativas como as realizadas pelo Instituto Peregrum e outros projetos que atuam desde a base com o fortalecimento das necessidades de cada território.

Pensar a segurança alimentar, o acesso à comida de qualidade e que a diversidade plantada pelos povos do campo cheguem até a mesa das favelas a bairros periféricos é urgente e precisa ser pautado como política pública nos estados brasileiros. Além disso, construir possibilidades e fortalecer projetos que levem hortas para as periferias, trabalhem com ervas medicinais e também com a retomada de conhecimentos ancestrais daquelas populações é uma forma de permitir que haja agroecologia fazendo jus a luta que os povos marginalizados precisam para ter saúde e alimento digno na mesa.

Para além de pensar e construir mecanismos que levem a alimentação e garantam a soberania alimentar, a agroecologia também fala sobre a ocupação dos espaços urbanos. O racismo ambiental está diretamente vinculado à expropriação dos territórios em que as populações negras e indígenas sempre habitaram e que, por meio da gentrificação, vão sendo expulsas para áreas de vulnerabilidade, sem acesso a saneamento básico, arborização, projetos sociais, escolas e tudo mais.

Há um projeto do capital que evidencia os mecanismos de embranquecer territórios que passam a ver valorizados pela especulação imobiliária e que afasta para as áreas

mais distantes do centro as populações periféricas, que são negras em sua maioria.

◆◆◆◆ MARCELO ROCHA<sup>1</sup>:

O Racismo Ambiental foi tema na COP 26 e 27 e é um tema que vem ganhando bastante destaque, portanto é importante saber que ele acontece também nas cidades, além de entender o conceito e difundi-lo das mais variadas maneiras, como o trabalho desenvolvido no Instituto, com educação, informação. O Fundo de Cidades de Ação Climática Inclusiva (ICA) é uma organização que reflete sobre a questão das mudanças climáticas sob a ótica do racismo ambiental.

O doutor Benjamin Chaves é a primeira pessoa que verbaliza sobre o racismo ambiental e, no contexto histórico é destacado o quanto trata-se de algo muito particular e vivido por qualquer favelado do Brasil. Ele exemplifica um caso na Carolina do Norte (EUA), onde seria construído um aterro químico com produtos tóxicos e, se fosse no Brasil, ele seria feito em território preto, afinal, a população preta é maioria nesse país. Explicar essas questões no contexto brasileiro, sobre racismo ambiental é observar onde se localizam os lixões, os aterros, onde falta saneamento básico, onde estão os territórios que são mais afetados pela falta de políticas públicas e, o quanto essa ausência gera consequências que fazem parte do projeto de genocídio do povo preto. Ou seja, não se mata o povo preto apenas com tiro, armas de fogo, uma ofensiva do Estado contra essa população. **Negar os direitos ambientais, viver espaços de extrema insalubridade, com violentos movimentos migratórios que existiram e existem, também são formas de assassinar o povo preto.**

Considerando a realidade de São Paulo, uma imensa parte da população é formada por migrantes vindos da região nordeste do país, pessoas que vão morar nessa cidade, e necessitam se alocar e realocar, portanto, todo o processo que se aborda acerca do racismo ambiental, são processos muito comuns para as pessoas periféricas. O que falta é acesso ao conhecimento sobre esses espaços. Fala-se

//////////

<sup>1</sup> Conselheiro diretor do Brasil e membro do comitê consultivo em carbono zero do pacto global da ONU.

em termos técnicos que muitas vezes ficam distantes do nosso cotidiano, se agravando com o tempo cada vez mais escasso para trocas, isso também é um braço do racismo ambiental, espaços que são negados para conviver, interagir, construir política pública nesse campo e, a situação se agrava cada vez mais para as populações e periféricas.

Uma sociedade sustentável está alinhada a projetos como essas hortas, esses encontros para trocas, compreendendo que tratar de agroecologia é também falar do não acesso à direitos básicos, como saneamento, até mesmo não acesso à comida de qualidade, sem veneno, isso tudo é racismo ambiental.

No COP 26, o doutor Robert Bollards falou sobre construir uma agenda de defesa, de união dos povos e líderes pretos dentro da questão climática. Neste encontro de pessoas pretas do mundo inteiro foi preciso trazer dentro da agenda climática a questão do racismo ambiental como algo prioritário, não secundário nem identitário, e sim um aspecto central nesse tema para não se repetirem processos. **Nada vai adiantar falar em salvar o planeta, preservação da Amazônia, se é esquecido o povo preto que vive nesses lugares, na periferia de Manaus, de Belém, olhar diretamente para realidade dessas pessoas.**

Fala-se em Mata Atlântica pensando na floresta, mas esquece-se dos povos **foram expulsos dessas matas, dessas terras nas áreas que já foram desmatadas. Como construir política sustentável, qualidade de vida para quem vive nesses espaços? Como pensar a população racializada, seja ela preta, indígena, combatendo o racismo ambiental?**

Um tema que sempre fica à margem, por exemplo, é o das mulheres negras e a questão ambiental é uma teoria do bem viver, pois não basta apenas comer, mas sim ter acesso à comida de qualidade. Não é apenas ter onde morar, mas viver bem e não ao lado de um aterro, de um lixão. Significa ter saúde na plenitude, com prevenção, qualidade de vida e não apenas acesso ao hospital. Todas essas são ações para um futuro possível, com justiça climática.

Combater o racismo ambiental passa por todas essas dimensões, tendo no horizonte um futuro positivo, não reativo. O Dr Roberto Buller apresenta um conceito de que combater o racismo ambiental é fomentar justiça para os povos.

A pauta das mudanças climáticas vocalizadas pela branquitude oferece uma ideia de futuro, de algo que vai acontecer um dia, quando o planeta estiver em vias de ser

destruído, onde todos sofram as consequências desse processo. Mas a realidade é a de agora, do cotidiano, sobre abrir a torneira e não ter água para beber.

Enquanto se apontam cenários de 2050 com escassez de água, se ignora que hoje há falta de saneamento básico. Com relação a essa estrutura, o Brasil é um dos primeiros países a oferecer, mas o racismo impede que haja saneamento para quase toda população preta. Isso que estamos em um país com altíssimas tecnologias e soluções, com construção de acordos internacionais, mas que na maioria deles não há uma ótica racializada, por isso a importância de se construir uma agenda climática com uma sociedade sustentável fundamentada nesse aspecto.

Por essas razões que é preciso destacar a importância do trabalho do Instituto Peregum, da AICA, da Coalizão Negra por Direitos, da Perifa Sustentável, entre tantas outras instituições que se unem para apresentar uma agenda com pautas que não são secundárias, que não estão distantes dos temas principais. Combater o racismo ambiental é uma questão central, pois se trata de um projeto de emancipação de toda a sociedade e, não somente algo intrínseco à população preta no Brasil.

**Não há como construir uma sociedade sustentável se ela mantém o racismo.** A Coalizão apresentou a ideia de que é preciso trabalhar com as mudanças climáticas, com justiça e a pauta racial é o eixo que conduz essa discussão, pois ela formula as políticas públicas, cria e forma a estrutura dessa sociedade onde há justiça. Ao contrário, o que vem sendo feito é apenas jardinagem.

O racismo ambiental, o termo, a terminologia nasce nas ruas e permanece nas ruas, ou seja a troca de conhecimento constante não está só na academia, apesar de sua importância, a luta está junto daqueles que vivem essas questões todo dia, muitas vezes sem saber a terminologia.

A Dona Maria que tem a sua horta na comunidade e está próxima do posto de saúde, se trata de uma luta histórica em São Paulo para a realidade das periferias e favelas. Além disso, há ainda a escola do bairro, onde pode haver a educação ambiental... São todas essas pequenas construções que são completamente importantes para unir ao tema e criar a relevância na sociedade que é a crítica ao racismo ambiental como algo estruturante na formulação de uma sociedade antirracista. **Não há como pensar qualquer tipo de cidade sustentável que não passe pelo combate ao racismo ambiental.**

Para a realidade das pessoas periféricas, que estão próximas dos lixões, que convivem com a falta de saneamento básico, a consciência sobre o racismo ambiental é importante, e é preciso nomear para entender. Também é fundamental apontar que a supressão dos direitos básicos não seja vista como uma coincidência, como por exemplo as enchentes, os desabamentos nos territórios periféricos.

A própria história do saneamento básico no Brasil é uma mostra sobre o que é racismo ambiental. O Brasil, país que cria a tecnologia dos escravizados tigrés, homens negros que andavam com dejetos das casas das pessoas brancas na cabeça, carregando até a Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, onde esses dejetos eram jogados.

Um exemplo sobre quem está servindo e quem está sendo servido: hoje a principal marca de encanamento tem exatamente esse nome, desta forma, vemos como se construiu a estrutura social do país. Esses homens negros que carregavam urina e fezes na cabeça e aquilo caía no corpo e deixava marcas com sol escaldante e então, eles eram chamados “tigrés”. E esses mesmos que eram submetidos a essa situação, não tiveram acesso ao saneamento básico quando ele chega na cidade. **É uma estrutura, uma tecnologia construída apenas para a população branca.**

E o que mudou até hoje? No Rio de Janeiro houve a ocupação dos morros, a primeira favela, a gentrificação, a expulsão das pessoas pretas do espaço social da cidade, são aspectos do racismo, ou seja, essa problemática ambiental tem um recorte de raça, isso tem um público específico e está presente nos territórios onde as pessoas pretas vivem. Tudo isso são formas de manutenção do racismo, como a lógica do espaço, da geografia das cidades, ao nomear e mostrar a história, conclui-se que não se trata de uma mera coincidência. É preciso dar nomes às coisas para que elas se rompam e não se repitam.

Apontar dados históricos, falar de várias outras terminologias para demarcar e olhar pontualmente para determinadas realidades e questões específicas. Ao tratar do tema da universalização do saneamento básico, apontar para quais populações há a falta do saneamento básico, falar sobre alimentação de qualidade, mostrar porque ela não está nas periferias, nas comunidades originárias, do contrário, trata-se de uma espécie de veganismo elitista.

**O direito à comida sem veneno, à segurança e soberania alimentar é de todos, portanto são recortes que precisam passar pela consciência de quem é de fato**

**afetado, passa pela negação desse direito.** São conhecimentos formulados para ocupar espaços, dando nomes, como racismo ambiental, de modo que se construa essa pauta para uma transformação efetiva, combatendo negacionistas, como os que estão presentes na atual conjuntura. O bolsonarismo nega a existência da ditadura civil, empresarial e militar, há quem diga que não houve sequestro de pessoas em África, os conhecimentos produzidos servem exatamente para combater a negação desses fatos na história.

◆◆◆◆ GISELE BRITO<sup>2</sup>:

No Brasil, o urbanismo não pensava muito especificamente na questão ambiental. Era considerada apenas a produção da cidade construída, feita nos capitais, nas fuições. Há um urbanista que tem uma obra que mostra os padrões de segregação nas cidades brasileiras. Cada pessoa precisa olhar para sua cidade e observar qual é o bairro onde moram os ricos e onde moram os pobres, onde estão os pretos, onde tem mais pretos e onde tem mais brancos. Em todas as cidades do Brasil as pessoas vão saber claramente responder essa questão, embora seja algo que pareça fácil identificar e acreditar ser natural, a verdade é que trata-se de um fenômeno construído ao longo do tempo.

Há autores que mostram, por exemplo, sobre o que é chamado de segregação urbana, segregação social, mas fala-se ainda muito pouco sobre ser essa uma lógica racial e, ela vai se intensificando nas cidades com a aproximação do final da escravidão. Antes disso, onde vivia a população negra, a maior parte dela vivia nos mesmos espaços que estava também a população branca. Quem estava na zona rural, fazendas, em que a organização espacial era dividida entre casa grande e senzala, porém estavam no mesmo lugar na cidade. Ainda, nas cidades havia o quartinho dos fundos, que se transformou em quartinho de empregada. **É com o fim da escravidão que aumenta a necessidade de organizar a cidade para privilegiar determinados grupos, junto de um processo em que a terra passa a ter um valor de mercado.**

A expressão senhores de escravos se dava para pessoas que não eram chamadas de senhores de terra no período da escravidão, justamente porque o poder era de

//////////

<sup>2</sup> Jornalista, mestra em Planejamento Urbano e coordenadora da área de Direito a Cidades Antirracistas no Instituto de Referência Negra Peregum.

quem tinha escravizados. No período colonial a terra era uma entrega da coroa, da divisão das capitanias hereditárias. Em 1850 é criada a “Lei de Terras” determinando que a terra passa a ser de posse da pessoa que comprovar aquela propriedade, ou seja, a pessoa que “cartorizar” a propriedade.

Essa lei foi criada, já considerando o fim da escravidão, que aconteceria oficialmente trinta e oito anos depois. Foi portanto, o medo que a população negra escravizada, ao se tornar liberta, tivesse capacidade de produção e deixasse os senhores de escravos à míngua. A partir dessa lei, é criado o mercado de terras, de forma que quem tem dinheiro, demarca, comprova e paga os ritos da propriedade. E para onde vai a população negra, a população pobre? Vai pra favela, um mercado que não é prestigiado.



## A GENTRIFICAÇÃO E O RACISMO AMBIENTAL NO ESPAÇO URBANO DE SÃO PAULO

Talvez seja um primeiro grupo de moradores que chega nesses espaços se estabelece e vai sendo criado um modelo de negócio, mas são lugares desinteressantes para o capital, para os mercados mais prestigiados, pois são ambientalmente desinteressantes. Por exemplo, em São Paulo, há algo muito particular em relação a outras cidades onde a população mais rica e branca vive no alto dos morros. Subir em Perdizes, onde fica a PUC, uma grande universidade, basta observar onde se localiza, imagina ela sem asfalto. Há outros bairros, o Copa Paulista, fica no alto de uma colina, bem no alto, e a população pobre ficou nas áreas mais baixas, na beira dos rios. **São Paulo é uma cidade de muitos rios, eles não são só periféricos, não estão só na vida da casa das pessoas pobres e pretas, estão em tudo quanto é lugar.** A marginal do Tietê foi retificada e, com certeza, há cerca de sessenta anos era um rio sinuoso, que foi transformado numa canaleta.

É importante considerar o discurso ambiental sob a lógica da recuperação dos rios e sempre se deve começar pelos territórios ocupados pela população preta, pobre e periférica, não pelo Jardins, que também está na beira de um rio, porém é um local em que um bom serviço foi feito, com uma estrutura boa o suficiente para que a água não volte quando ocorrerem chuvas. A qualidade dessa infraestrutura tem a ver com as escolhas de qual parcela da sociedade será beneficiada pelos investimentos de qualidade. Isso pode ser considerado racismo ambiental, entregar para a população preta, pobre e periférica um investimento de péssima qualidade ou sequer investimento algum, até mesmo ainda, um empreendimento que irá removê-la, que vai tirá-la de um determinado local, com o discurso da melhoria urbana, para limpar, higienizar a cidade e, na realidade significa banimento racial, gentrificação. Nos Estados Unidos aponta-se que são esses casos de banimento racial, já no Brasil ocorre uma dificuldade em lidar com essa relação, mesmo vendo que acontecem claramente processos de banimento racial.

Em São Paulo a população mais rica e branca foi viver nos morros porque era melhor, mesmo sendo mais caro, na região do triângulo, o Centro, Pátio do Colégio, a Sé. Na área leste da cidade era muito mais barato viver na região mais plana. Uma escolha deliberada aconteceu no sentido oeste, onde estão presentes muito mais morros, entendia-se que era mais saudável, mais salubre, mais bonito, aproveitar a vista

dos morros, mais distante dos rios, que são de superfície, com muito mais lama, cheiro forte, mosquito e conseqüentemente algumas doenças.

A população européia, ou seja, a mais branca, foi chegando na cidade conforme foi chegando o investimento público e privado, com qualidade ambiental, urbana, segurança, enquanto que a área destinada à população preta, pobre e periférica, esse fenômeno não é assim, as pessoas ocupam os espaços desinteressantes habitualmente, mais vulneráveis a doenças e a dificuldade.

Veja o caso do bairro do Bexiga, um lugar perto do centro, é um bairro central da cidade, ali era um quilombo, porque era distante e ambientalmente muito complicado. Um lugar entre dois rios que ainda estão lá, a avenida Nove de Julho, e a avenida Vinte e Três de Maio, no meio havia colinas, alguns baixos, e a população negra vivia ali, tanto pessoas escravizadas fugidas, quanto trabalhadores de ganho, que havia muito na cidade. Os escravizados de ganho, pessoas que compraram, conquistaram ou nasceram livres foram morar naquele lugar, um espaço desinteressante durante muito tempo, porém com as melhorias, com a infraestrutura urbana que também diminui a presença negra transformando num espaço conhecido como bairro italiano. **No entanto, a população negra resiste. O Bixiga ainda é um dos territórios mais negros de São Paulo.**

O racismo ambiental se dá por esses processos históricos, mais ainda, ao que se chama de esterilidade negativa, como por exemplo, ter um aterro sanitário, um investimento público de um espaço que será desvalorizado. Na maioria das vezes isso será implementado em algum bairro que se já não é negro vai provavelmente enegrecer. Acontece na zona leste profundamente ou em áreas da zona sul, mas na zona leste é bem evidente esse fenômeno.

Outra situação que ocorre é levar investimento para embranquecer determinado território. Veja o Bixiga, cria-se uma valorização imobiliária que provavelmente vai transformá-lo num lugar incompatível com a renda e com os padrões de vida da população negra que estava lá. Negam-se financiamentos à população racializada, a população mais pobre e são muito poucos os mecanismos que assegurem a permanência dessa população lá.

## EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE SOCIAL

Do ponto de vista social e econômico, há ferramentas como a demarcação de zonas especiais de preço social só que esse fenômeno, apesar de ser um mecanismo muito importante, fruto de muita luta, é um instrumento que vem passando por um processo de corrupção de mercado, sendo criadas uma série de mecanismos para despistar as leis são zonas demarcadas.

Há empreendimentos de interesse social, um tipo de imóvel que é normalmente financiado pelo Estado, mas também pode ser por iniciativa privada e que, ao invés de atender população de baixa renda, como prevê a lei, o que ocorre são mecanismos sendo burlados em que o mercado imobiliário cria formatos de financiamento para a população com rendas maiores e nada é pensado do ponto de vista da reparação para população negra, com avaliação dos impactos raciais.

Por exemplo, a construção de linhas de metrô em que todos se beneficiarão e ninguém será contra. Só que, no final das contas, aquela população que estava cheia de expectativa com o metrô, a maior parte dela é uma população negra e que acaba sendo removida para outro lugar mas distante, Não necessariamente por violência, por um trator que derruba a casa, mas por uma série de efeitos, resultados dessa valorização imobiliária.

## APAGAMENTO DE MEMÓRIAS DOS ESPAÇOS NEGROS

Nesse sentido, a questão ambiental se insere no momento em que os territórios ambientalmente desinteressantes, ocupados por uma população negra, pobre e racializada convivendo com risco de desabamento, enchentes, dengue, calor profundo por falta de arborização, começa a resolver esses conflitos, ao passo que o local se valoriza ela é removida. Isso se trata de um processo violento que é naturalizado, o Estado faz obras, investe, depois que toda essa população que sofreu com esgoto, enchentes, alagamentos e o espaço se embranquece.

**Por isso é muito importante a criação de mecanismos que sejam de fato antirracistas, uma cidade sustentável precisa ser antirracista, senão se corre muito o risco de construir uma cidade sustentável sem pessoas negras, sem a população pobre nos lugares.** É o que se observa nas muitas discussões sobre sustentabilidade, cujo resultado produz um tipo de valorização no território mas leva à expulsão das pessoas. Os espaços devem passar por melhorias, mas é fundamental que se garanta a permanência da população. Por isso, é importante a criação de mecanismos de zonas especiais e sociais, com cotas na produção de interesse social.

Uma outra forma muito usada para produzir expulsão, embranquecimento dos territórios é a questão dos parques. **Quem pode ser contra um parque? E quem pode viver ao lado do parque?** Quando ocorre uma melhoria em que se recebe muito dinheiro público e privado, é preciso que primeiro, antes se faça a pergunta, quem é que mora no entorno desse parque, hoje? Enquanto que no lixão parece óbvia essa pergunta. Em São Paulo, por exemplo, não se pergunta a cor, raça e a declaração de racial das pessoas, ao fazer uma obra desse tipo. A obra do metrô, a obra do melhoramento de uma via, de uma rua, a construção de um estádio, a construção de um shopping, a transformação de um território, questiona-se quem morava nesses espaços do ponto de vista racial?

Se não é questionado, não se pode compreender por exemplo que **havia uma família preta morando nesse lugar, às vezes duas, três gerações, sendo um espaço de referência super importante, um terreiro, um templo, uma encruzilhada, um vínculo daquela população preta com aquele território.** Ao fazer as modificações daquele lugar passa-se por cima de tudo isso.

É muito comum, nessas grandes obras de transformação urbana, a existência de mulheres que são mães solo, está no planejamento haver creches? centro de recreação para crianças? São aspectos construídos como prevê na lei. Muitas vezes são equipamentos públicos construídos por último. Não se leva em consideração as especificidades de uma população que se entende negra, que se declara negra, considerar que manter uma encruzilhada talvez era uma coisa importante para aquela comunidade. Senão é destruição de um espaço que era importante, onde se reuniu gerações em gerações de grafiteiros, por exemplo, uma parede que seja, onde houve reunião de pessoas.

Veja o caso da Ponte Estaiada, da avenida da Águas dos Pratos, chamada agora de avenida Roberto Marinho. Ao assistir na Globo, atrás daquelas pontes, naquele território, tem um artista que é referência, o Sabotage, ele cantava naquele lugar, cantava o Brooklyn, a favela do Canão. Escutar o Sabotage é louco, ouvir sobre aquele lugar, das tretas, das miopia que acontecia ali, ver os cliques dele e ver como é que está aquele lugar hoje. Um espaço que passou por uma intensa transformação urbana.

Na avenida Faria Lima, antes havia favela, Seu Gerônimo, uma liderança de uma comunidade que lutou muitos anos para haver uma habitação de interesse social nesse espaço. Conseguiram, mas não para todos, porém foi uma grande vitória para manter a população negra, nesse lugar conhecido pelos prédios espelhados e financeirização. Antes ali era tudo brejo, muitas enchentes havia antes de receber os imensos investimentos, de dinheiro público. **Porque não se considera o fato de um empreendimento que está recebendo dinheiro público haver um mecanismo que determine a manutenção de todas as pessoas pretas que vivem no espaço que será transformado?**

Os moradores do Jardim Edite, uma favela nesse mesmo local, passaram por inúmeras enchentes, quando elas acabaram, essas pessoas resistiram e persistiram para garantirem seus direitos. Mas muitos desses moradores saíram desse local e provavelmente foram para mais áreas mais periféricas da cidade, onde podem ter ainda características ambientais preservadas, porém possivelmente essas pessoas foram empurradas para gerar mais danos ambientais e depois serem criminalizadas por esses danos. Muitas dessas pessoas saíram da Água Espraiada e foram para a zona leste, há estudos que apontam que esses moradores removidos do Água Espraiada localizado na fronteira sul e oeste de São Paulo e foram para as fronteiras da zona leste.

São muitos empreendimentos e conjuntos habitacionais que foram construídos em áreas com o maior nível de preservação ambiental e isso é um fenômeno que vai se repetindo. Não se cria condição para as pessoas e ainda, para piorar, são prédios de ocupação populacional baixíssima.

A avenida Faria Lima tem pouca presença de pessoas, pouca adaptação de moradia, são muitos escritórios pouco ocupados, imóveis usados para especulação imobiliária, com dano ambiental e climático, prédios cheios de vidro. É muito importante entender o que é esse raciocínio ambiental, pois significa considerar a construção de cidades antirracistas. Isso não ocorre naturalmente. É necessário um esforço para que ocorra esse processo, vontade política para a produção de mecanismos que de fato sejam antirracistas. Há muita declaração de boa vontade, todo mundo fala a respeito, nas redes sociais, Instagram... **Mas fora o movimento negro, os quilombolas, quem está de fato pensando sobre soluções de fato antirracistas? E isso é algo urgente.**

Nos anos 1990, na zona sul, muitas famílias pretas foram para diversas regiões, como o Grajaú. No local não havia asfalto, os loteamentos eram irregulares com máquinas derrubando árvores. Ao final das contas, se trata de um mercado imobiliário predatório para o meio ambiente, que produz impactos. As gerações que cresceram nessa época, neste território carrega na memória as árvores sendo derrubadas, bichos como tatu, cobras, mas não se compreendia a dimensão desse aspecto ambiental, da natureza. As crianças chamavam de mato, aquilo tudo sendo destruído para construir casa, shopping. Algumas famílias tinham algumas pequenas plantações, como abóbora, mandioca e os avós eram pequenos agricultores.

É importante destacar também, que essa contradição também passa a ser usada para criminalizar a população preta, pobre e periférica, pois são famílias que vão para esses espaços por falta de alternativas e essa é uma realidade brasileira. É uma síntese do direito à moradia, propriedade, por isso é necessário pensar em outras formas de acesso à terra.

### **E ONDE ESTÁ A RENDA QUE DEVERIA SER PARA MORADIA?**

Para os trabalhadores pobres, o mercado não oferece nada que corresponda à renda e muito menos nenhum produto que seja correspondente ao que se ganha. O mercado nunca previu o custo da moradia, pois isso sempre foi protagonizado por



peças brancas, ou seja, o que é direcionado para pessoas negras está dentro de uma lógica mercadológica não prestigiada. Uma pessoa negra executa o projeto, derruba a árvore, abre as ruas e começa a vender e se por acaso chega a polícia e diz que se está cometendo um crime ambiental e ocorre a prisão, além de derrubar a casa, os imóveis.

É preciso apontar a responsabilidade do mercado sobre a produção da cidade e do ambiente construído. O Estado tem responsabilidade? Tem muita responsabilidade, pois as políticas públicas devem construir habitação de interesse social em boas localizações, com saneamento, urbanização, espaços de estabilidade, projetos de moradia que insiram pessoas pretas, pobres e periféricas. Ou seja, **o Estado não deveria estar produzindo desigualdade, ou chancelando a desigualdade produzida pelo mercado.** As questões ambientais estão relacionadas às disputas presentes no mercado imobiliário, sobre áreas vulneráveis que tanto vitimam a vida das pessoas o tempo todo, que destrói o que é fundamental para garantir futuros, sobrevivência, qualidade do ar, da água, das áreas verdes.

A zona sul de São Paulo se parece ao desenho de um cachorrinho, na última parte do pescoço há uma área ambiental gigantesca. Nessa região tem: a Mariana, a região de Parelheiros, Marcela, Colônia que são áreas de proteção ambiental e possivelmente uma das maiores reservas de Mata Atlântica dentro da cidade de São Paulo. Nessa região há uma cachoeira que é muito perigosa, é limpa e, ao mesmo tempo, é uma das regiões menos arborizadas.

O plantio de árvores representa um processo de investimento público e há o fato de que, primeiro derrubam todas as árvores e depois é necessário que se faça arborização. No entanto, são projetos extremamente desiguais, porque há uma escolha elitista dos espaços onde ocorrem os investimentos de plantio de árvores, e as consequências se darão na saúde respiratória, no clima, temperatura. **As áreas de maior presença de população negra, de menor renda, não são contempladas com arborização. Os lugares mais negros de São Paulo são os mais quentes, são os espaços com menos árvores, para essas comunidades, a comunidade com a natureza é criminalizada.**

**As histórias das famílias pretas, dos projetos de moradias, de cada família preta é a história do Brasil.**

#### ◆◆◆ MARCELO ROCHA:

A participação dessas pessoas no debate ambiental, a presença do Movimento Negro, estar na COP27, são elementos importantes, para inclusive que não sejam colocadas como vilões, trazendo as visões de quem vivencia esse cotidiano de violências ambientais para então apontar responsabilidades, apresentar críticas e soluções.

Além disso, esses eventos não podem se tornar uma espécie de feira, em que não se avança em se tratando de reparações. Acontecem dentro desses espaços pequenas vitórias que devem ser destacadas, mas esses processos são grandes desafios e são também espaços em que devem haver cada vez mais pessoas pretas, não somente na COP, mas em todos os espaços, em todas as conferências e reuniões. Tudo isso porque são nesses lugares que são organizados os textos técnicos, apontando onde devem ser aplicadas as políticas públicas, o que o Mercado e o Estado não cumprem, logo, não são projetos efetivos, apenas promessas.

Ademais, tais eventos não podem ser conferências apenas com discursos e promessas. Eles são organizados por meio de cursos preparatórios que ocorrem durante o ano inteiro, com muitas pessoas trabalhando, como por exemplo ter a presença de pessoas da linha de frente em eventos na Alemanha, ou na construção de um texto em que seja destacado sobre perdas e danos para moradores de favelas. **Não basta os países ricos afirmarem que vão financiar os países mais afetados pelas questões climáticas se não houver destacado quem são as pessoas que serão beneficiadas com essas verbas,** pois quando o dinheiro chega no governo, é preciso que seja direcionado aos prejudicados de fato. E, a verba não pode, por exemplo, ir para uma construção de um prédio no centro da cidade em que houve a expulsão de pessoas pretas e pobres. Ou então, no caso de Pernambuco, em que é preciso ter verba de adaptação e mitigação para os prejudicados pelas usinas eólicas, espaços e comunidades sofrendo danos graves com as áreas perdendo biodiversidade no estado. **A usina eólica é uma solução climática e o povo que mora nessas regiões? Salvar o planeta sem salvar as pessoas não faz o menor sentido.**

A COP 22 teve alguns avanços como a presença de pessoas pretas articulando soluções e negociações, apontando as responsabilidades do novo governo, do grupo de transição, profissionais conectados com a comunidade periférica e pobre.

Também houve pessoas fazendo formação no Chile, 25 jovens da América Latina inteira fazendo cursos, aprendendo sobre as negociações, um jovem chileno de 25 anos presente organizando mesas.

O Brasil é formado por 25% da população de jovens e, as pautas nessas negociações devem ser racializadas. Ademais, o país deve ter um papel ativo nesses espaços, apresentando soluções para justiça climática e racial, construindo uma ecologia que pensa de fato nas pessoas, que seja inclusiva, que mobilize o que faz parte do cotidiano das pessoas pobres, pretas, trabalhadoras. Dessa forma, torna-se possível quebrar o paradigma de um ambientalismo voltado para quem tem dinheiro e passamos a pensar numa agroecologia por meio de coisas que devem no mínimo serem baratas, além de falar de alimentação saudável sem elitização, colocando sempre as pessoas periféricas dentro desses debates.

O governo atual tem essa responsabilidade: colocar os grupos formados por pessoas pretas trabalhando nessas pautas e sendo ouvidos e contemplados, de modo que sejam temas estruturantes e a questões ambientais não sejam apenas terminologias, considerando os processos educacionais, as reparações históricas. **O antropoceno é exatamente sobre expulsão de territórios, as consequências são as questões climáticas atuais, são processos racistas, não são naturais,** ainda que o planeta esteja sempre em constante mudança, prejudicar o meio ambiente estimula os desequilíbrios, como por exemplo as ilhas de calor na cidade de São Paulo, elas existem porque houve expulsão de pessoas, devastação, construção.

## **COMO HAVER SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS SEM PESSOAS PRETAS?**

Uma mudança muito profunda precisa acontecer: as pessoas pretas precisam estar em espaços de decisão na questão dos mecanismos antirracistas. Há alguns avanços, porém é necessária a agenda de participações reivindicando a reformulação da composição de uma série de conselhos, fundos e comitês.

O governo Bolsonaro destruiu diversos desses espaços em que havia algumas participações sociais e o desafio do novo governo é avançar, não apenas voltar ao que era antes, pois não é suficiente, e ainda não contemplava a diversidade da sociedade brasileira. É necessária a presença do movimento negros, quilombolas,

indígenas, de mulheres, tudo sendo garantido através de lei, de regulamentações, assegurando quem vai sentar na cadeira, quem vai fazer as indicações. Essas são iniciativas que os movimentos já articulam e vão continuar ao longo desse novo governo Lula. A luta funciona no processo da pressão, há um cenário mais positivo com a atual presidência, mas ainda assim é preciso pressionar. A branquitude, as elites, o capital estão constantemente pressionando, do lado de cá e esse tensionamento não pode parar. É um processo de disputa o tempo todo.

A política de habitação deve ser pensada de maneira ampla, não se limitar em entregar unidades habitacionais. É preciso executar uma agenda ambiental, considerando perdas e danos para que os espaços sejam construídos com melhor qualidade de vida. Áreas de risco não podem apenas serem apontadas, essas ações precisam vir acompanhadas com uma política de atendimento, do contrário se mantém a estigmatização, criminalização, violência, ou seja, trator derrubando casa, polícia retirando pessoas que estão ilegalmente ocupando um determinado espaço.

Vale destacar a luta do Instituto de Referência Negra Peregum, da UNEAFRO Brasil. São formas de reconstrução, de fazer resgates, promover espaços de trocas com participações vindas dos mais diversos lugares, até mesmo de outros países, como Angola. Os projetos da UNEAFRO, do Instituto Peregum, da Coalização Negra por Direitos constroem iniciativas de educação antirracista, a campanha “Tem Gente Com Fome” dos últimos anos, porque afinal, direitos Humanos é sobre comer e sobre ter acesso à comida de qualidade.

Há um caminho árduo, complexo, que são batalhas enfrentadas. Houve a pandemia da Covid19, o governo Bolsonaro com muito retrocesso, portanto, há uma construção e reconstrução para serem feitos nos próximos anos. **E, como ensinou Abdias, é necessário se aquilombar, se organizar e fazer conjuntamente, no entendimento da força do coletivo, em comunidade, na presença, trocando afetos, estabelecendo conexões e se reconhecendo na luta.** Combater o racismo ambiental é o reencontro de se entender enquanto natureza, comunidade, com trocas de conhecimentos, tratar de temas internacionalmente, se posicionando, pensando sobre biodiversidade a partir das favelas, das margens do Brasil.



# SOBERANIA ALIMENTAR E SAÚDE

## NUTRINDO OS SONHOS

TRANSCRIÇÃO DA LIVE:  
Consumo e Soberania Alimentar – os caminhos  
para uma alimentação adequada e saudável

PARTICIPAÇÃO: Adriana Moreira



## NUTRINDO FUTUROS: SOBERANIA ALIMENTAR E SAÚDE

Alimentar com comida, conhecimento, formação política e com direitos humanos. Todas as ações da Uneafro Brasil e do Instituto Peregrum nos últimos anos trabalharam para que a população periférica de São Paulo pudesse ter acesso à cestas básicas, projetos sociais, hortas comunitárias e cursos de formação para que as juventudes pudessem chegar às universidades.

Além disso, desde 2018, a Coalizão Negra por Direitos, uma articulação que reúne o movimento negro e suas diversas áreas de atuação, realizou uma frente permanente de mobilizações fundamentais para promover a vida da população negra desde o começo do governo Bolsonaro. A Coalizão organizou campanhas contra a aprovação de leis inconstitucionais e, durante todo o período de pandemia, por meio da iniciativa “Tem Gente Com Fome”, levou alimentação de qualidade para quem não tinha o que colocar no prato.

Junto com todos os desafios de uma organização promovida por entidades e pessoas negras, a campanha de arrecadação de comida fez a ponte do quilombo às periferias, levando a agricultura familiar do vale do Ribeira para a mesa das pessoas nas extremidades de São Paulo em um momento em que a venda de alimentos havia sido suspensa pelo fechamento das escolas na pandemia.

E, este trabalho ainda foi além, porque passou a ser pauta também a qualidade da comida, o acesso dos alimentos in natura e a indústria de ultraprocessados que chega como única opção para as populações mais pobres. O olhar sobre a soberania alimentar, o consumo, a chegada da comida de qualidade deve ser uma pauta fundamental da construção das políticas públicas de alimentação.

◇◇◇◇ Com a palavra, **ADRIANA MOREIRA**<sup>1</sup>:

A Coalizão Negra por Direitos é uma Frente de Organizações do Movimento Negro brasileiro que se formou em 2018 diante da reorganização política no Brasil. Nesse contexto, cerca de duzentas organizações do Movimento Negro Brasileiro constroem articulações junto à essa Frente que aglutina as mais variadas ramificações do Movimento Negro, sendo uma delas a Uneafro, um espaço estratégico de organização política. **A Coalizão foi estrategicamente criada como forma de reação e enfrentamento ao bolsonarismo e o avanço do fascismo do país.**

A primeira ação do governo Bolsonaro contra o povo brasileiro foi a criação do Pacote Anti Crimes, um projeto que daria legitimidade às forças de segurança, os policiais brasileiros, para assassinar sem precisar justificar, o chamado excludente de ilicitude. A Coalizão Negra por Direitos organizou a escrita de uma Carta direcionada aos presidente do Congresso Nacional, do Senado Federal e do STF Supremo Tribunal Federal, entregues por membros do Movimento Negro.

Naquele momento foi obtido, uma redução de danos desse Pacote Anti Crimes, em outras palavras e se tratou de um enfrentamento ao então Ministro da Justiça Sérgio Moro, principal algoz de Luis Inácio Lula da Silva. **Enquanto diversas organizações políticas e a sociedade civil em geral pensavam o que deveriam fazer, o Movimento Negro já sabia o que deveria ser feito, justamente porque as vidas das pessoas pretas, diante do contexto do governo Bolsonaro, estavam prioritariamente em risco.**

Antes mesmo do contexto da pandemia da Covid19 no início de 2020, a situação já tinha começado a ficar difícil. Nos núcleos da Uneafro, por exemplo, um cursinho popular, que não tem financiamentos externos, nem recursos públicos, são as pessoas que normalmente levam um pouco de cada coisa, um leva pão, outro leva queijo, outro leva presunto, assim é feito um lanche comunitário, pois são pelo menos 5,6 horas direto, portanto, alunos e professores precisam comer. Naquele momento a situação piorou e os lanches eram compostos por pão, manteiga, café

//////////

<sup>1</sup> Coordenadora da formação de professores para a educação das relações étnico-raciais e educação quilombola na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC).

com leite e, ainda que houvesse um certo alívio de ter essas comidas, era uma realidade que os jovens passavam o dia comendo pão com manteiga.

O Movimento Negro em diálogo com as promotoras legais populares e outras organizações foi se certificando da realidade das demandas de cestas básicas, da questão da falta de alimentação que já estava presente nas casas das pessoas antes mesmo da pandemia. Com o agravamento da situação, no primeiro ano da pandemia, de forma independente, essas organizações conseguiram de diversas maneiras, promover a arrecadação de alimentos.

A partir de 2003 e os anos posteriores, o Brasil passou por uma redução drástica da fome e, essa tarefa deixou de estar prioritariamente presente nas atividades dos movimentos sociais. As organizações mais novas não tinham mais essa demanda, diante da situação que se apresentava, foi um aprendizado em desenvolver qual melhor metodologia deveria ser aplicada para arrecadar alimentos. Quando chegou no final do primeiro ano da pandemia, no processo de esgotamento das organizações, percebeu-se que esse modelo de arrecadação independente e distribuição já não dava mais conta de fazer chegar os alimentos para as famílias.

Por meio da Coalizão, já em articulação nacional, várias bolhas foram furadas, como por exemplo: ações de advocacia entre aquelas e aqueles de fato estavam interessados na transformação por meio de um debate sério; foram abertas portas com parlamentares e forças políticas e, isso não era, como poderia parecer, uma prática burocrática de gabinete, pois não é essa a prática essencialmente feita pela Coalizão. Foi executada uma campanha nacional de arrecadação de fundos para distribuição de alimentos para o país todo, e isso foi um grande desafio.

### **O DESAFIO DE ALIMENTAR UM PAÍS COM FOME**

Dado o tamanho do Brasil, como o Movimento Negro iria conseguir convencer as pessoas a doarem dinheiro para as organizações políticas negras e ainda produzir uma logística de arrecadação e distribuição? **A população negra está distribuída nos mais diversos os lugares, muitos deles é necessário barcos para levar cesta básica para as populações ribeirinhas por exemplo, quilombolas, aldeias.** Por isso, a Coalizão Negra por Direitos realizou uma intervenção para que fosse feita

uma tecnologia, com logística e operacionalização em meio a pandemia da Covid19. Entre outras problemáticas nos deparamos com a dengue, com conflitos diplomáticos no Acre, por exemplo. Essa ação foi bem sucedida, porém ainda é importante dizer que a **campanha tinha o nome de um poema do Solano Trindade, “Tem Gente com Fome”.**

Só pelo nome já era compreendido que essa Campanha não tinha uma finalidade apenas de doar comida, ainda que fosse extremamente importante fazer a comida chegar na mesa das pessoas. No entanto, era importante também discutir os motivos pelos quais as pessoas estavam sem comida naquele momento. **E por que que o gás estava caro? Qual era a pauta política durante a pandemia? Também era fundamental discutir quais os alimentos que se come quando há dinheiro para comprar? Por que às vezes comprar refrigerante é mais barato do que comprar frutas para fazer um suco para a família?**

### **QUILOMBOS E PERIFERIAS E OS ALIMENTOS**

As populações quilombolas, por exemplo do estado de São Paulo, tinham um convênio com o governo do estado e vendia a sua produção agrícola para merenda. Com o fechamento das escolas, não se comprou mais merenda, logo, a população quilombola que produzia esses alimentos ficou sem dinheiro. A Coalizão Negra por Direitos conseguiu publicizar que parte dos alimentos da merenda escolar vinha da produção quilombola, informação importante que a sociedade brasileira deveria saber, dada a importância de parte da comida da merenda de São Paulo ser in natura, com qualidade da agricultura quilombola.

Além de ter apontado esse corte do governo e ter feito a denúncia, o projeto conseguiu comprar parte dos alimentos orgânicos, da cesta verde, ou seja, comida que era distribuída na campanha naquele momento vinha das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

O kit custava em torno de 47 reais e na cesta havia alimentos e produtos de higiene, outra necessidade básica importante de ser atendida, como por exemplo os absorventes para as mulheres e para as pessoas que menstruam. Os alimentos do kit eram agroecológicos, dessa forma mostramos a importância de que parte

da nossa alimentação precisa vir da origem vegetal. Assim foi possível colocar o debate na mesa, sobre a origem daquilo que se come, sobre agricultura familiar e, também sobre a agricultura familiar quilombola.

As crianças que deixaram de ir para a escola, um lugar que consumiam alguma frutinha e, com as cestas orgânicas passaram a ter acesso às frutas. Apesar dessa cesta (kit) não garantir o mês para a pessoa, em alguma medida contribuiu durante um período de alimentação daquela família e, trazia também algum um debate político mais qualificado para o acesso à alimentação e segurança alimentar.

A campanha teve uma grande dificuldade de arrecadação, já que do ponto de vista das campanhas que estavam colocadas naquele momento, a “Tem Gente Com Fome” era a mais problematizadora da realidade. As empresas pouco ajudaram, mas conseguimos fidelizar pessoas, o que foi muito importante e todo volume de arrecadação durante o período de atividade, **ao longo de seis meses, cerca de cem mil famílias no Brasil inteiro foram atendidas.**

Vale destacar algo que ocorreu na nossa campanha e certamente não aconteceu com outras campanhas de arrecadação na mesma época. No terceiro dia de divulgação, fomos procurados para questionamento sobre auditoria, ou seja, se tínhamos capacidade para gerir os recursos. O grupo Prerrogativas são nossos auditores desde o início, mas o fato é que, outras iniciativas, instituições foram procuradas e questionadas sobre auditoria e gestão dos recursos arrecadados e se saberiam fazer a administração das doações? Nunca houve problema algum e, desde o início da campanha, todas as doações, arrecadação são integralmente direcionadas para as cestas básicas, todas compostas por produtos orgânicos, alimentos saudáveis.

Esse foi um trabalho potente e importante porque **junto com a campanha e com esses produtos da agricultura familiar quilombola, colocamos em debate a questão dos alimentos processados, ultraprocessados, cheios de agrotóxicos, transgênicos, com corantes e questionamos a indústria alimentícia.** Os produtos ultraprocessados são mais acessíveis do que uma alimentação realmente de base agroecológica em que é possível acompanhar o processo desde seu início, até o semear e a colheita. **E então, fica a pergunta: porque esses alimentos não são tão acessíveis?**

Ao tratar sobre o tema da indústria alimentícia, um dos principais pontos que precisamos chamar atenção é porque está faltando comida, se temos os maiores índices de descarte de alimentos? Também é preciso discutir sobre o padrão alimentar, como ele foi construído historicamente, à exemplo das crianças com pouca possibilidade de socialização entre elas e os alimentos in natura. É preciso paciência para apresentar alimentos como a maçã, o mamão, laranja, mexerica, pêra, banana e, na hora do almoço, apresentar verduras cruas como beterraba, por exemplo. É necessário pessoas que estejam disponíveis, cuja função seja cuidar e educar as crianças, inclusive na hora da alimentação. E como isso é possível na vida das famílias, em especial na vida das mulheres, se as pessoas têm que trabalhar?

A partir de 2007 passamos a ter um plano nacional de alimentação escolar, mais qualificado, ele é considerado um dos melhores que existem no mundo. Porém, estados e municípios, muitas vezes não cumprem o que deveriam, São Paulo por exemplo, o município de São Paulo, cumpria as regras, ele foi o primeiro município do Brasil a implementar esse Plano, um avanço. Mas o fato é que para uma mãe que cuida de uma criança sozinha e ganha pouco, a alternativa mais fácil e barata é comprar um nugget que você frita e é rapidinho e gostosinho. O salário dessa mulher não dispõe que ela possa ter muitas alternativas de alimentação. Ainda com a demanda dos produtos processados, enlatados e industrializados, que invadiram os supermercados nos anos 1980, consumi-los eram sinônimos de uma aproximação da elite, de um padrão de comportamento, uma forma de sociabilidade. Todos esses aspectos estão conjugados e a realidade é uma alimentação precarizada do ponto de vista da nutrição, sobretudo para as crianças e adolescentes.

Se temos instituições que as crianças e os adolescentes ficam muito mais tempo, como a escola, por exemplo na escola CCA, esses espaços devem garantir que a alimentação seja feita de alimentos orgânicos, saudáveis, cardápios reduzidos de alimentação industrializada. Essa é uma questão básica.

As propagandas na televisão de alimentação processada, que já reduziram muito, como bolacha recheada, hambúrguer e de nuggets, não podem estar o tempo todo sendo veiculadas, nem sendo motivadas para serem consumidas toda hora, o tempo todo. No último período, o que dava pra comprar? Qual carne dava pra comprar? Para uma família que ganha dois mil reais por mês é possível comprar frango, mas

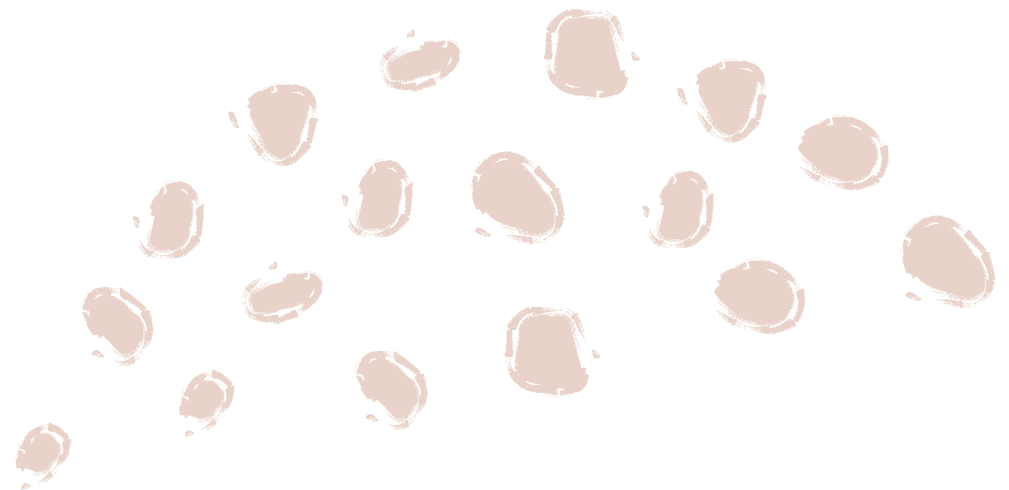
qual é a variação de frango? Não se pode fazer propaganda dessa alimentação em novelas, no streaming, no YouTube. Será preciso regular o tipo de propaganda que se faz nesses canais.

São produtos que formam o desejo das pessoas através da alimentação, temos que discutir como essa divulgação será regulada, pois é a construção do desejo das pessoas, sobretudo das crianças e adolescentes. Como o McDonald's, por exemplo. Precisamos refletir como iremos mediar a construção desses desejos, e então passar a valorizar outros tipos de alimentação, como fazer um bolo, que é melhor do que comprar um produto industrializado. Considerando ainda a nossa realidade, não a cozinha do estúdio do GNT ou qualquer outro programa de TV, pois eles são descolados da vida dos adolescentes e crianças. Assim, podemos por exemplo fazer um bolo com ingredientes saudáveis, tornando algo divertido e do cotidiano das nossas vidas, criar uma dimensão do tempo, pois cozinhar é uma demanda que envolve tempo, algo que as mulheres não têm. Aquelas que se dedicam integralmente à cozinhar e ao fim trata-se de um trabalho reprodutivo, de cuidado e que não é remunerado. Inclui-se nessa discussão o tempo que as pessoas trabalham fora de casa, o quanto elas podem cuidar de si, da própria alimentação, o que significa questionar e reivindicar a redução da jornada de trabalho, a melhoria dos meios de transporte urbanos.

O projeto de hortas urbanas produzido pela UNEAFRO, que envolve mulheres, todas essas questões são discutidas, pois são fundamentais para pensar na melhoria da alimentação, nos novos padrões alimentares, porque não se trata apenas de comer menos carboidratos, são muitas camadas, muitas questões que estão colocadas para pensar num prato com uma alimentação mais saudável. Apesar de aprendermos desde muito novas as disciplinas todas separadamente desde na pré-escola, quando saímos do ambiente acadêmico nos damos conta de que todas as coisas estão integradas. Ao tratarmos de segurança pública, melhoria do transporte, da alimentação, falta uma contextualização integralizada, para entender sobre o adoecimento da nossa população através dessa alimentação precária. E alimentação saudável é um direito básico, ela não pode ser um privilégio acessado só por quem pode pagar. Entender o que é exatamente poder se alimentar bem, que precisa também ser algo prazeroso. Não podemos esquecer que aprendemos a nos alimentar conforme a comida nos foi apresentada, lembrando ainda que comer é um motor que nos deixa vivos.

Ainda, vale reforçar que o nosso paladar é algo construído politicamente, a história da nossa alimentação é a história da colonização, a exemplo do açúcar. A cana de açúcar não era uma planta que existia no Brasil, o açúcar branco fabricado a partir da cana existe aqui porque essa planta foi trazida para cá. Há uma série de alimentos que não comeríamos no Brasil, que não estariam nas nossas terras, eles fazem parte de escolhas e decisões que foram impostas pela colonização, outro exemplo é a carne e o volume que comemos desses alimentos, cujo processo demandam água e o solo que é prejudicado. São imposições de hábitos alimentares que ao se fazer uma leitura histórica, é possível refletir que trata-se de uma questão ideológica.

É um dilema a ideia de comer bem, é preciso pensar do ponto de vista ético, das demandas coletivas, sociais e climáticas, mas também não podemos perder de vista que comer precisa ter algum prazer e ele foi construído historicamente e ainda fazer o nosso corpo funcionar bem, o projeto "Tem Gente Com Fome" abarca todas essas questões.





# PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E PERIFERIA:

## RESISTÊNCIA AO RACISMO AMBIENTAL

**TRANSCRIÇÃO DA LIVE:**

**Soberania alimentar como resistência ao racismo**

**PARTICIPAÇÃO: Vitória Aguiar, Regina Lúcia dos Santos,  
Izabela Santos, José Raimundo e Lika Manoel**





## A CIDADANIA VEM DO QUE NUTRE O CORPO

**Comida, saúde, ancestralidade, soberania e segurança alimentar e nutricional, luta contra o racismo ambiental, a luta pela garantia de territórios e de terra. Só é possível construir uma política de enfrentamento ao racismo no Brasil, seja com os povos negros e indígenas se a alimentação de qualidade chegar de forma mais acessível para a população. A soberania é nada mais que garantir a erradicação da fome e da miséria que ainda hoje está presente na mesa das pessoas em diversas partes do mundo.**

**E, é importante falar também, que comer para os povos afro-brasileiros e indígenas compreende parte fundamental da relação com a ancestralidade e com o sagrado. A alimentação representa a mobilização de esforços naturais, físicos e ancestrais para garantir a vida coletiva e individual. Por isso, garantir a reforma agrária, implantar hortas urbanas, dar acesso à alimentos de qualidade, e promover a popularização das práticas agroecológicas fazem parte de enfrentar o sistema racista que segregava e escolhe quem come bem ou não no Brasil.**

◆◆◆◆ VITÓRIA AGUIAR<sup>1</sup>:

Apesar de ter nascido em São Bernardo do Campo, eu nunca tive nenhum contato com plantação ou horta, o que era frustrante porque os meus avós foram criados em sítio, então eles sabiam manejar a terra e a comida. Eu fui criada na cidade, e a comida, para mim, era ir ao supermercado e comprar alimentos embalados. Porém, um dia eu

//////////

<sup>1</sup> Aluna do curso de administração com enfoque em Inovação e Sustentabilidade. Engajada em projetos sociais e em formação no curso de agroecologia pela UNEafro.

estava em um grupo do WhatsApp e vi um flyer divulgando o curso de agroecologia, assim como a convocação de voluntários para trabalhar na horta. Eu me candidatei ao curso, e foi por meio das práticas da formação, como limpeza do terreno e preparo do solo, que iniciou o meu envolvimento com a agroecologia. Foi ali que eu comecei a ter mais contato com a produção de alimentos. A experiência foi muito nova e enriquecedora para mim, porque até então eu não conseguia entender aquilo que meus pais falavam sobre o cuidado com o terreno de casa, o pegar uma plantinha e fazer um remédio; ações que hoje eu compreendo o valor e, sobretudo, consigo ter a noção de que o alimento vai além do ato de compra.

**O alimento é uma forma de empoderamento das pessoas e deveria ser um direito de todo mundo.**

## RACISMO AMBIENTAL

**Há uma relação direta do racismo ambiental com a luta pela terra, pela reforma agrária, pela garantia de territórios tradicionais e, sobretudo, pelo combate à fome e à miséria na mesa das populações em vulnerabilidade. Falar sobre mudanças climáticas e sobre como o racismo ambiental impacta as populações negras e indígenas no Brasil significa refletir sobre o acesso ao alimento de qualidade na mesa das pessoas, uma vez que, somente com a garantia dos direitos humanos é que se torna possível também que a comida esteja presente.**

**Os chamados desertos alimentares aparecem nesse contexto do racismo ambiental, uma vez que, não é da vontade do poder público fazer com que as periferias sejam lugares de produção de agroecologia e de alimentos saudáveis. Por isso, projetos que invertem essa lógica de urbanização e de construir pontes possíveis, tornando os alimentos saudáveis acessíveis junto às populações, é uma ferramenta de transformação social que contrapõe a lógica neoliberal.**

## ◆◆◆◆◆ REGINA LUCIA DOS SANTOS?

A soberania alimentar está ligada a várias questões muito pertinentes aos povos tradicionais, indígenas, negros, quilombolas e comunidades urbanas. Quando falamos em soberania alimentar, não queremos nos resumir apenas ao direito à alimentação digna. Falamos sobre questões muito caras a população negra, urbana e ao meio ambiente. Para mim, **soberania alimentar é o direito à alimentação**. Hoje, temos milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar, e a grande maioria delas são parte da população negra. Para além da necessidade de garantir uma alimentação digna e uma alimentação diversa, é preciso garantir que o meio ambiente perdure por várias e várias gerações.

A soberania alimentar e a produção baseada em agroecologia mantém a diversidade, ao contrário do agronegócio das produções monoculturais propostas pelo agronegócio. A monocultura altera todo o meio ambiente, afetando a os animais, processo de polinização e acaba com a diversidade alimentar existente no mundo, porque perdemos a possibilidade de reprodução e de produção das sementes e da riqueza enorme que os agroecologistas, a população negra e a população indígena têm tentado manter nesse país. Então, **quando falamos em segurança alimentar falamos sobre a garantia alimentação e de produção diversa, isto é, uma produção diversa, sem agrotóxico e sem veneno**. Agrotóxico é veneno e precisamos entender que existem muitas formas de produção que não precisam de veneno. Aliás, a produção agrícola não precisaria de veneno se a gente trabalhasse com as formas tradicionais de produção.

## TECNOLOGIA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Com relação a tecnologia dentro da produção de alimentos, é preciso que ela seja implementada com responsabilidade. O agronegócio faz uso intensivo de veneno no Brasil e isso têm acabado com abelhas e outros insetos polinizadores. Precisamos pensar também que quem não tem a possibilidade de diversidade são os povos indígenas e negros; são os nossos povos, tudo isso reconhecendo que são os



2 Geógrafa, coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado/SP, integra a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo e é colaboradora da Amparar - Associação de Familiares e Amigos de Presos.

nossos povos que estão fazendo o resgate da produção, se contrapondo ao agronegócio que não tem nada de pop. O agronegócio gera fome, morte, destruição do meio ambiente e mais uma série de questões.

**Quando falamos de segurança alimentar, falamos, com certeza, de novas possibilidades de vida**. Nesse sentido, vale pontuar que o alimento é construtor de vida e de vida na acepção completa do significado dessa palavra, porque **o alimento é remédio, é cura**. Não à toa, quando resgatamos os projetos de hortas urbanas e de produção de alimento e o verde nos territórios periféricos, porque não é por acaso que ao caminhar pelas cidades e por bairros nobres, visualizamos bairros ajardinados, arborizados e com plantas. No entanto, quando a gente caminha pela periferia, encontramos um território inóspito de construção, cimento e concreto. O movimento de agroecologia tem resgatado a possibilidade do verde. Digo que não é por acaso porque a negação do ajardinamento e da arborização para as periferias é a negação da qualidade de vida e da possibilidade do embelezamento. Isso se dá, dentre outros motivos, porque os territórios são majoritariamente territórios negros.

É por isso que precisamos pensar na segurança alimentar de uma forma muito mais ampla. A segurança alimentar é, sim, e, principalmente, o direito a uma alimentação digna para que o nosso povo não passe fome. Passar fome nos tira a dignidade, nos tira a beleza e nos tira a vida. A fome é um monstro cinzento, horroroso. Falar de fome mexe extremamente comigo, porque pensar é difícil e pesado pensar em famílias negras que não tem um prato de comida para dar ao final do dia pro seu filho; e é por isso que a segurança alimentar é, principalmente, garantir alimentação de boa qualidade e digna pra todo mundo. Além disso, garantir diversidade é garantir beleza, saúde e vida. Portanto, pensar em soberania alimentar é pensar na possibilidade de que todas as pessoas negras, pobres, periféricos, indígenas e brancos tenhamos um prato farto com o que a gente queira ter na nossa mesa.

**Garantir soberania alimentar é se colocar contra o racismo.**

### ◇◇◇◇◇ IZABELA SANTOS<sup>3</sup>.

Quando falamos de soberania alimentar há um outro lado, que é preciso lembrar, pois existem desertos alimentares. Foi feito no Brasil um mapeamento de desertos alimentares em 2018 e, nele, entre doze e vinte capitais apresentavam desertos alimentares nas suas periferias.

Não é preciso pensar muito para compreender quais sujeitos compõem esses desertos periféricos: a grande totalidade é formada pela população preta, e é por isso que quando falamos de racismo ambiental, também discutimos todo o aparato estrutural envolvido, que passa pelo agronegócio e pela ocupação dos territórios, assim como pela produção monocultural. Quando falamos em desertos alimentares, falamos de estrutura, falta de acesso a alimentos saudáveis e reais e, não exclusivamente de alimentos ultraprocessados.

**Os desertos alimentares existem nas periferias porque as pessoas precisam deslocar para comprar alimentos frescos, simplesmente porque não existe oferta de alimentos na sua região.**

Quando trazemos isso para o contexto das mudanças climáticas, precisamos discutir o quanto as mudanças climáticas vão agravar um problema já existente. No continente africano, por exemplo, em que muitas áreas estão sendo desertificadas ou em regiões em que os períodos de chuva se alteraram tanto que não é possível plantar, podemos reconhecer políticas que foram pensadas e feitas para que determinadas produções continuassem sendo feitas em detrimento dos pequenos agricultores que ainda viviam e vivem dessa base de produção alimentar mais rural.

No Brasil, isso também vem ocorrendo com a pressão fortíssima do setor agropecuário frente a outros usos da terra, e é por isso que **a soberania alimentar e as mudanças climáticas passam pela justiça racial e pela regularização de territórios quilombolas**, tudo isso porque a regulamentação dos territórios permite a possibilidade da manutenção da ancestralidade e de conhecimentos que há muitos anos foram renegados e considerados errados por meio de uma política estrutural e mundial da lógica ocidental, branca, europeia.



**3** Engenheira ambiental, doutora em Ciência Ambiental e coordenadora de Resiliência e Governança Hídrica da ONG The Nature Conservancy (TNC).

Atualmente, a lógica de remodelagem branca e ocidental do conteúdo defende, como resultado de cooptação e esvaziamento neoliberal, o desenvolvimento e o consumo local, incentivando o consumo de ervas com uso medicamentoso mais natural, mas sendo vendido pelo dobro/triplo do preço. As pessoas periféricas continuam, portanto, sem acesso, mas, na verdade, o conhecimento das plantas, ervas e da terra, de modo geral, sempre foi um conhecimento ancestral que esteve aqui.

O tipo de conhecimento usado por Dona Maria que planta boldo e bananeira no quintal precisa de fomento. **Precisamos tornar o uso e o conhecimento ancestral da terra em algo coletivo.** Quando falamos de desertos alimentares, falamos de um espaço pensado para ser o fast food. É um espaço em que você não produz comida. Ao contrário, é uma produção cara de veneno, e as populações, em contextos de crises climática, econômica e social, ficam ainda mais reféns desses desertos alimentares.

A crise da pandemia do covid-19 escancarou de forma intensa esse tipo de situação. Se a gente tem a possibilidade de ter acesso a esses alimentos mais próximos, em comunidades locais, em que aquele espaço pode se tornar algo um ativo para a economia local, garantimos para aquelas pessoas cidadania mínima, simplesmente porque elas não passarão fome. Hoje, contamos com uma fração enorme da população passando fome numa terra, num país, em que temos uma biodiversidade enorme e em um território em que a terra é fértil. No entanto, não temos políticas efetivas para que o cenário seja diferente.

Por conta disso, quando o movimento negro, periférico e social fala sobre as demandas da soberania alimentar, é necessário dar atenção e compreender que essa discussão é transversal pois passa por tudo. Quando falamos de racismo, falamos sobre racismo ambiental por vários motivos, inclusive falta de saneamento, falta de acesso a alimentos e epistemicídio, isto é, toda morte do conhecimento ancestral que foi produzido e que a gente precisa se apropriar disso. Em hortas, por exemplo, há uma grande possibilidade de resgatarmos sementes crioulas que foram sendo perdidas. Porém, infelizmente, com o agronegócio tudo se torna em monocultura, mas nós somos biodiversos. **Nós somos feitos de biodiversidade.**

#### ◇◇◇◇◇ JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO<sup>4</sup>.

Eu comecei a estudar a fome quando conheci o trabalho de Josué de Castro. Ele tem dois livros publicados, *Geografia da fome* e *A geopolítica da fome*, referências fundamentais para quem está na empreitada de discutir soberania alimentar e sobre a fome, no geral. Quando iniciei minhas pesquisas sobre fome em São Paulo, eu aprendi muito com as agentes e os agentes comunitários de saúde, assim como também aprendi muito com mulheres periféricas, que vivem nas regiões centrais, e levam uma vida muito difícil. Elas me ensinaram muito sobre as dificuldades das famílias que vivem sobre privação de alimentos e sobre o desejo de ter uma alimentação farta e diversa. Essas mulheres fazem verdadeiros milagres com orçamentos muito apertados para alimentarem as suas famílias.

Infelizmente eu tenho visto cada vez mais discursos que imputam a essas mulheres uma espécie de ignorância, como se elas não soubessem lidar com os poucos recursos que possuem, como se elas tivessem que ser educadas sobre como lidar com a fome. Essa é uma das formas do racismo alimentar chegar a essa população. Responsabilizar essas mulheres por conta de problemas a que elas estão submetidas é uma maneira de racismo e compreender todo o saber que existe nas periferias e nos movimentos é importantíssimo para contrapormos a falácia da ignorância em relação à soberania alimentar. Qualquer outro discurso insinua que as pessoas que estão submetidas à privação de alimentos são responsáveis pela própria fome.

A ideia do Atlas é mostrar que, no Brasil, não existe a alimentação do brasileiro. Não existe uma média do que é a alimentação da média das famílias brasileiras. De acordo com os dados apresentados pelas pesquisas, assim como pelas pesquisas e estudos qualitativos, as situações alimentares são muito desiguais. Isso se aplica a famílias que comprometem a maior parte enorme do seu orçamento com alimentação — e nem assim conseguem ter uma alimentação farta —, dependendo, sobretudo, de arroz e feijão, alimentos essenciais que, com a pandemia de covid-19, ficaram mais caros e, portanto, menos acessíveis. Nesse sentido, quais são as situações e os riscos de fome?



<sup>4</sup> É doutor em Geografia Humana pela USP, foi professor visitante do Instituto de Saúde e Sociedade da Unifesp entre 2019 e 2021 e é membro do Grupo de Trabalho sobre a Questão Alimentar da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP).

A expressão *risco de fome* expressa melhor a situação dessas pessoas do que insegurança alimentar que, por vezes, é uma terminologia vaga. **Risco de fome é aquele momento em que a pessoa já não sabe se vai ter o que comer até o fim do mês ou até ter mais dinheiro para comer.** E é evidente que essa incerteza atravessa a vida dessas pessoas, sobretudo a vida dessas mulheres que precisam administrar a ida ao mercado, vivendo um momento sofrido, porque sem direito a escolhas, recorrem aos alimentos mais baratos que estão disponíveis. O risco de fome abarca a situação de pessoas que começam a pular refeições ou diminuem o tamanho da refeição, assim como de pessoas que passam a depender de um único alimento, o que já traduz a situação de fome propriamente dita. A soberania alimentar é o oposto disso.

**A soberania alimentar propõe que os povos tenham controle sobre como os alimentos são produzidos e comercializados.** É difícil dizer com exatidão onde a soberania alimentar surgiu, mas é indiscutível como ela ganhou força nos anos 1990 com o movimento social denominado *Via Campesina*, que é um movimento que se contrapôs aos organismos internacionais, como o Banco Central e a ONU, que tentam, de alguma forma, fazer a gestão da miséria, isto é, tentam controlar a miséria para que ela não exploda, mas nunca discutem e tampouco propõem políticas para superar a miséria.

A perspectiva dessas organizações não é a transformação da realidade, e a *Via Campesina* foi um movimento que reunia camponeses historicamente racializados em um processo de expansão do capitalismo baseado na colonização de outros territórios, na escravização de vários povos e da eliminação de modos de vida que garantiam a soberania alimentar. **Segundo Josué de Castro, a fome começa já nas caravelas.** Ali, os marinheiros já começavam a ser submetidos a regimes de fome e, ao chegar às colônias, eles submetiam aquelas populações a regimes de fomes porque eles mesmo arrebatavam os modos de vida dessas pessoas. Dessa forma, quando organizações políticas, como a *Via Campesina*, defendem povos racializados e propõe a soberania alimentar, o conceito já nasce como uma perspectiva antirracista, diferente de outros conceitos que, por vezes, querem administrar e gerir a miséria em vez de propor a superação dela.

**Os dados de fome no Brasil e no mundo mostram que a fome está completamente associada aos territórios que foram colonizados.** Em um dado da fome sobre pessoas com fome no mundo produzido pela ONU, em que eles chamam como insegurança alimentar moderada e *insegurança alimentar grave*, mas visando ser

mais objetivo, tratarei como pessoas que estão vivendo restrição quantitativa e qualitativa, nesse dado, percebemos ao olhar para as porcentagens que no continente africano mais da metade da população passa fome.

Na América Latina e Caribe, 34,8% e, na Ásia, mais de 20% passa fome. O cenário fornecido por esses dados é o mapa da colonização. A Oceania também tem altos índices de fome e, tirando a Austrália e, talvez, a Nova Zelândia, nas outras ilhas a colonização também foi responsável pela produção de fome. Até mesmo na América do Norte e na Europa sabemos que migrantes e população negra estão submetidos a regimes de fome. Na escala nacional, tivemos a preocupação durante a produção do Atlas de trazer a distribuição da população preta, parda e indígena no Brasil, proporcionalmente maior nos estados da região norte e nordeste, porque sabíamos como os resultados dialogariam com o mapa da fome no Brasil hoje.

**Ao olhar para as cores dos mapas, percebemos que, onde a maior parte da população é preta, parda ou indígena, a proporção de pessoas passando fome é maior.** Ao mesmo tempo, considerando os números absolutos, também percebemos como os territórios periféricos das grandes cidades, como São Paulo, também informam territórios de fome. A Rede Penssan fez uma pesquisa, usando a mesma metodologia do IBGE durante a pandemia, e constatou que o risco de fome eram mais altos em domicílios em que a pessoa de referência eram pretas ou pardas. Ou seja: 24% dos domicílios estavam em situação de fome e 4,8% por cento em situação de risco de fome; seis em cada dez domicílios chefiados por pessoas pretas ou pardas não sabiam se iam ter o que comer até o fim do mês.

A população branca no Brasil, empobrecida em quantidades significativas, também está em situação de fome ou de risco de fome. Esses dados apontam para o tamanho deste problema, que é estrutural e atravessa a nossa sociedade como um todo e é por isso que é tão importante levantar, reivindicar e lutar pela bandeira da soberania popular, pois essa luta fala não só da nossa reprodução individual e familiar, mas da nossa reprodução como sociedade.

Não será possível ter controle sobre algo tão importante, se não pensarmos na transformação radical da sociedade. Esta é uma luta que aponta sempre para um horizonte mais amplo. Seria impossível garantir a soberania alimentar sem questionar os fundamentos da sociedade em que vivemos e, entre eles, os fundamentos racistas. O horizonte dessa luta, portanto, está para além dela mesma, mas ela traz

uma potência, pois quando olhamos as hortas e os alimentos, vemos como eles conectam e comunicam claramente os nossos objetivos. **Não queremos algo abstrato, queremos prato farto e diverso na mesa.**

É fácil se comunicar com as pessoas falando sobre alimentação, algo concreto, e é por isso que a soberania alimentar é, de fato, uma bandeira de luta e reivindicação que devemos perseguir.

## HORTA URBANA

◆◆◆◆◆ LIKA MANOEL<sup>5</sup>.

Hoje eu vou falar sobre São Bernardo, do bairro Montanhão e comunidade do Cafezal. Aqui, nós temos cerca de doze mil moradores em uma área de zona da mata. Moramos no morro, no meio da Mata Atlântica, cercados de mananciais, represas e de muita natureza, porém até pouco tempo a nossa relação com a terra e com a comida era distante. Comprávamos comida no mercado, com pouquíssimo contato com hortas, até que tivemos a oportunidade da construção das hortas com a Uneafro.

O espaço escolhido era cheio de entulho, mas ele foi transformado em uma horta urbana por meio do projeto e nesse processo passamos por duas fases na reforma do antigo espaço na horta urbana. Primeiro, foi a transformação propriamente dita do espaço da sede em uma horta urbana e, a segunda, foi a convocação dos moradores para cuidar da horta.

O nosso aprendizado de cuidado com a terra passou por essa experiência de transformar um espaço no alto da nossa comunidade em uma horta para que a gente conseguisse plantar em grande escala; para que fosse possível alimentar famílias e seguir com a doação de alimentos mensais. Além disso, pretendemos construir uma cooperativa sustentável tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista da produção de alimentos. Hoje, usamos a sede como espaço para semear sementes e fazer mudas para que o replantio e transplântio seja possível em um espaço maior.

//////////

<sup>5</sup> É horticultura, militante da infância e adolescência no projeto Meninas e Meninos de Rua de São Bernardo do Campo, também liderança de bairro e Co-fundadora da Torcida Organizada Fúria Cafezal.



# BEM-VIVER COMUM E UBUNTU

TRANSCRIÇÃO DA LIVE:  
Bem-viver comum e Ubuntu  
PARTICIPAÇÃO: Nilma Bentes  
e Juliana Gonçalves



## PARA FUTUROS CONTRACOLONIAIS: A SABEDORIA DAS NOSSAS COSMOVISÕES

**A vida em comunidade, alimentação de qualidade, moradia, direito à educação, a circularidade, os ancestrais, a relação com a terra, romper as amarras do capitalismo, mulheres negras organizadas, a soberania alimentar. Todas essas palavras representam formas de aplicar na prática um conceito que é ancestral e ao mesmo tempo é do presente e do futuro.**

**O Bem viver aparece nos últimos tempos como uma flecha que aponta para onde seguir a humanidade, em busca de permitir que haja vida, natureza, respeito aos direitos humanos e tantas outras urgências dos tempos de agora. Apesar de estar “na moda” recente, esse conceito é utilizado pelos povos originários há séculos como única forma de habitar e coexistir o planeta em harmonia.**

**Em diálogo com essa cosmovisão, a filosofia Ubuntu, trazida para o Brasil pelos povos que permeiam o que chamamos de cultura bantu, essa palavra representa também a organização social feita por meio do pensando no coletivo e do equilíbrio da relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico. Trata-se também da importância das alianças e do relacionamento entre as pessoas por meio de uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade.**

**Ambos conceito/ferramentas se posicionam de forma contrária ao modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza como objetos mercadológicos e que sustentam o sistema capitalista.**

◆◆◆◆ Com a palavra, **NILMA BENTES<sup>1</sup>**:

Quando eu propus a discussão do bem viver dentro da Marcha das Mulheres Negras, eu não tinha conhecimento de que o Teko Porã, guaranis que habitam o Brasil, já possuía as mesmas ideias. De lá pra cá, fui muito criticada porque eu teria escolhido o bem viver para fazer a ligação das questões raciais com questões do modelo econômico. Supostamente, o movimento negro “só” quer falar do racismo e não fazíamos a intersecção entre raça, classe e gênero. Então, a crítica também passava pelo fato de que eu não coloquei o bumbo na discussão, priorizando a temática do bem viver.

Nós estamos na Amazônia brasileira, eu já tinha notícia no bem viver já no Fórum Social Mundial e, para mim, o bem viver era o caminho para discutir a substituição do modelo necroneoliberal e o modelo capitalista. As ideias e os princípios do bem viver se adequam às propostas de mudança de sociedade, e é uma alternativa ao agronegócio e a ideia de que o agro é pop.

**Nesse movimento, vimos que o bem viver, o Ubuntu e a Florestania (cidadania das florestas) são práticas e conceitos que podem ser articulados.** A articulação e o diálogo dessas ideias é possível por causa de suas similaridades, mas também da possibilidade de mudança que elas detêm. O tempo nas questões das comunidades tradicionais, por exemplo, é diferente do tempo do relógio, que é responsável pela acumulação do capital. Na filosofia Ubuntu, costuma-se dizer que os humanos fazem o tempo em vez de serem feitos pelo tempo como no ocidente em que o tempo é como se fosse um espaço vazio que precisamos alcançar.

**A percepção de tempo dos Teko Porã, apesar de respeitar os antepassados, foca o agora, não existe futuro.** A filosofia Ubuntu, apesar de ser um pouco diferente, considera que, além dessa questão de tempo, a comunidade tem o morto vivo, o vivo e aquele que ainda não nasceu, ou seja, não existe a morte, existe a eternidade. Um dos papéis do vivo é conversar com os mortos e fazer os não nascidos nascerem – vivência que alguns traduzem como ancestralidade.

O Ubuntu, como a maioria sabe, está em movimento. Na filosofia Ubuntu, tudo está interligado, ela representa a humanidade, e isso dialoga com o pensamento holís-

//////////

**1** Engenheira agrônoma e cofundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa).

tico ocidental e até mesmo com o pensamento marxista. Então, existe uma complexidade porque as culturas ancestrais deram subsídios ao que o ocidente vem fazendo, embora o ocidente veio organizar a colonização e o escravismo, assim como a acumulação primária do capital. **Para as comunidades tradicionais, viver é circular, ele não é linear como se pensa no ocidente. A oralidade não é linear, ela é circular.** A escrita fixa o pensamento enquanto a oralidade é circular. Em algumas religiões de matriz africana, a oralidade cumpre seu papel e desaparece, porque ela está em constante renovação.

A filosofia Ubuntu está presente nas nossas vidas e se anuncia como uma estratégia de mudança, dialogando com princípios como a não mercantilização da natureza, o respeito à ancestralidade, o não consumismo superando individualismo, a cooperação superando a competição, a solidariedade, a empatia, a economia submetida a ecologia e não o contrário. Existe uma máxima que gosto bastante que questiona: “O nosso país é rico ou somos ricos porque nós somos pobres?”. Esse é um paradoxo bem interessante. Não apenas por evidenciar contradições, mas porque mostra a importância de insistirmos em pautas como transporte público de qualidade subsidiado, redistribuição de riqueza, descentralização da produção alimentar, na ruralização das cidades, na economia produtiva, no fomento da conservação e resiliência da natureza. E, além disso, na criação de estratégias que ajudem a repensar o meio ambiente como um todo, como a criação de um banco global central, diferente do FMI, para que seja possível uma moeda única e coibir paraísos fiscais. Também é preciso questionar se outra ONU é possível, assim como questionar se outra OCDE é possível; tudo isso para que a gente pense maneiras de viver e se organizar alinhados aos princípios de uma sociedade organizada em torno de outras filosofias.

Nós sabemos que é da natureza do capitalismo ir mudando as coisas. A gente não deve esquecer, por exemplo, o quanto o próprio capitalismo mercantiliza tudo, então ele vai se adaptando, inclusive com as nossas pautas. O capitalismo pega o próprio racismo, a própria questão LGBTQIA+ e vende. **É da natureza do capitalismo ter desempregados e, por consequência, empregados conformados com as condições de exploração capitalista, como os péssimos salários.**

Para nós, sempre existiu o necroliberalismo e a necropolítica. Essa não é uma questão do agora, desde o escravismo e colonização existe a necropolítica. O estoicismo talvez tenha copiado o Ubuntu, mas ele admite o conflito. Existe o conflito e ele é

inerente à humanidade, à natureza. O Ubuntu permite a criação de políticas negociais, ou seja, é preciso usar a criatividade para usar soluções coletivas que não prejudiquem a comunidade, mas compreendendo que conflitos vão existir. **O Ubuntu apresenta uma proposta de civilização em que existe uma justiça restaurativa.**

Se houvesse uma política restaurativa sólida, o encarceramento em massa não existiria e teríamos outro entendimento da política de drogas que, hoje, só existe para aprofundar o encarceramento. Então é super importante pensarmos nisso tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista histórico.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, podemos pensar na posição do Zé Paulo Netto, que diz que o desenvolvimento sustentável nunca pode porque ele precisa de uma lógica de manutenção do capitalismo, que aposta justamente na desigualdade social e é inerente ao capitalismo a desigualdade social; o capitalismo aposta na desigualdade e, portanto, não é possível alcançar as metas do desenvolvimento sustentável dentro dele; ao contrário, é impossível.

Por fim, quando eu era mais nova, eu lia aquele questionamento “de onde vem a utopia?”, de Eduardo Galeano, ele fala de continuar caminhando tendo como foco a linha do horizonte, mesmo que o horizonte esteja sempre se afastando. **Então a utopia serve para que possamos seguir caminhando, então a utopia, conforme Galeano, serve para gente caminhar, para gente caminhar em direção àquilo que a gente quer.**

◆◆◆◆ JULIANA GONÇALVES<sup>2</sup>:

Meu projeto parte do mote que houve a Incorporação orgânica do Bem Viver por mulheres negras do Brasil a partir da diferença e de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas, e vemos a comprovação disso recorrentemente nas atividades, nos documentos e nas ações de mulheres negras, mostrando que a Marcha das Mulheres Negras é grande difusora desse movimento, mas que, com certeza, o bem viver já falava de ações que nós praticávamos e executávamos há muito tempo.

//////////

<sup>2</sup> Jornalista e mestra em Estudos Culturais. Ativista dos Direitos Humanos e integrante da Marcha das Mulheres Negras/SP.



O objetivo da minha dissertação, portanto, foi explorar as narrativas e as práticas do bem viver, mostrando como elas aparecem no movimento de mulheres negras e como elas são enunciadas por mulheres negras ativistas. **A marcha é a grande difusora do bem viver, e ela foi um marco na trajetória e na luta das mulheres negras organizadas em um projeto político amplo que vai dialogar com o bem viver**, com os nossos saberes ancestrais e com a nossa forma negra de organização.

Existem rastros das práticas do bem viver dentro da marcha. No flyer de divulgação da Marcha de Mulheres Negras, a Taoly Dandara conseguiu trazer um pouco desses indícios e rastros do bem-viver no movimento de mulheres negras. Hoje, na minha dissertação, eu já tive a oportunidade de falar com mais de dezessete mulheres de dezessete estados diferentes com relação ao bem viver e à percepção dessa mulheres sobre o bem viver, pois embora se tenha um conhecimento sistematizado com correspondências nos saberes andinos e indígenas, o bem viver também é uma prática compartilhada por comunidades tradicionais ao redor do mundo. **O próprio Ubuntu faz parte dessas correspondências com o bem viver e com todas as outras epistemologias que apontam outras formas de se organizar, se relacionar e de ser e estar no mundo.**

Em consonância com o que Nilma Bentes traz, vivemos hoje sob o sistema capitalista, baseado no acúmulo de riqueza, na exploração das pessoas e da natureza, que enxerga a natureza somente enquanto recurso, ignorando os seres que a constituem que também são seres de direitos. Nesse contexto, o racismo vai derivando das relações de exploração, machismo, brutalidade policial, desequilíbrio climático, fome, pobreza, epidemias e racismo religioso. Tudo isso torna essas relações mais e mais desumanizantes, tornando insalubre a própria existência humana. Na carta das mulheres negras de 2015, as reivindicações ali presentes traduzem o desejo das mulheres em relação ao bem viver. Em determinado trecho da carta, lemos:

**Nós mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres negras do mundo, afetadas pelo racismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha, inspiradas na nossa ancestralidade. Somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.**

E o bem viver carrega em si muitos elementos basilares das reivindicações da carta, por isso, a pesquisa já identifica as semelhanças entre as demandas das mulheres

negras e os elementos do bem viver. A diversidade enquanto riqueza civilizatória é um elemento comum já identificado. Somos fruto da colonização e de todo um portar e proceder eurocêntrico e ocidental que aponta o dedo pro diferente e que diz que o diferente é ruim, o diferente é o outro. **Nós, enquanto comunidade negra, sabemos muito bem o que é isso, o que é ser o outro do branco, o outro do ser que é universal.**

O bem viver, no entanto, só é possível dentro de um ambiente diverso, em que todos os corpos e vivências são bem-vindas. Além disso, um caráter cerne do bem viver é o coletivo e a coletividade. **O bem viver é uma prática coletiva, de um modelo de sociedade ancorado na prática comunitária e, mais do que isso, o bem viver é uma proposta para contrapor o modelo capitalista liberal.** Não existe a ideia de bem viver que não contraste frontalmente com a organização capitalista da nossa sociedade. Além disso, Nilma aponta que as mulheres negras trazem outros elementos para se constituir como oposição ao liberalismo e à exploração dos corpos.

Nesse sentido, a valorização dos saberes ancestrais, isto é, entender a nossa ancestralidade de uma forma que pensa o todo, considerando passado, presente e futuro, mostra que falamos sobre a ancestralidade integral e sobre a valorização desses saberes e, por fim, sobre a natureza como parte da comunidade, como entes e seres que não são coisas “exploráveis”, mas como sujeitos de direito. Por fim, minha pesquisa traz um pouco dessas organizações civilizatórias que dialogam como o *Buen Vivir*, *Sumak*, *Kaway*, *Suma Quamaña*, *Teko Porã*, evidenciando linhas filosóficas e políticas, em que a prática está no centro, que foram incorporadas pelas mulheres negras:

A teoria do Bem Viver nasce da prática histórica e da resistência dos povos indígenas da América Latina. Ela apresenta uma forma diferente de relacionamento entre os seres humanos, as sociedades e a natureza. A noção do bem viver se contrapõe a ideia de progresso e desenvolvimento porque essa noção é discriminatória e violenta e não contribui para transformar a vida de negros negras e indígenas. A sabedoria milenar dos nossos ancestrais se traduz na concepção do bem viver, institui as novas formas de gestão do coletivo e do individual, da natureza, da política e da cultura que estabelecem sentido e valor à nossa existência na utopia de construir um mundo digno para todas.

Essa é uma definição que aponta caminhos sobre o que é o Bem Viver e, que é preciso que olhemos a sua diversidade, pois ele é muito amplo no seu significado. O bem viver fez tanto sentido para as mulheres negras que, mesmo a marcha tendo ocorrido em 2015, diversas comunidades e organizações de mulheres negras seguem construindo e reivindicando, colocando a construção contra o racismo e pelo bem viver como elementos centrais e buscando a integralidade da vida negra. **O Bem Viver traz uma proposta política e pedagógica que vai dialogar com a diversidade das mulheres negras.** Por fim, o Bem Viver também reivindica o mote de lutas de mulheres negras, como “Nem cárcere, nem tiro, nem covid. Corpos negros vivos! Mulheres negras e indígenas! Por nós, por todas nós e pelo bem viver!”.

A ampliação que as mulheres negras trazem do bem viver fala sobre a nossa autodeterminação, a nossa formação e a autoformação. O conceito do movimento negro enquanto movimento educador é muito verdadeiro, porque por meio dos encontros e das práticas, no seio do movimento, nós adquirimos letramento racial e de gênero, atendendo, portanto, uma demanda que a sociedade não traz. O coletivo, dentro desses movimentos, é soberano, juntamente com o lugar da partilha. **O Bem Viver, nesse sentido, cabe em todos os debates: o debate do alimento, da soberania alimentar, da saúde, da reforma agrária e de muitos outros debates que cabem na ótica do bem viver e da possibilidade de criar novos mundos.**

É preciso entender que o capitalismo, do ponto de vista histórico, é algo recente e, mesmo assim, ele aparece como algo imutável. Não conseguimos ver além das relações trazidas pelo capital, então o bem viver também traz uma provocação nesse sentido, porque precisamos pensar até que ponto conseguimos, de fato, nas micro e macrorrelações, pensar outras formas de organização, fncadas em bases comunitárias e em outros modos de organização econômica. Isso significa dizer que, em vez de termos a ecologia totalmente subordinada à economia, tenhamos a economia compreendendo a natureza enquanto detentora de direitos, reconhecendo que a natureza é finita e, portanto, necessita de preservação.

Ademais, é fundamental pensar o tempo do lazer como algo imprescindível para saúde humana, enxergando possibilidades para o nadismo, o não fazer nada, entendendo a totalidade da pessoa, em vez de enxergar os sujeitos apenas como trabalhadores. Essa discussão é imprescindível para as mulheres negras que estão pensando o cuidado de modo coletivo; precisamos estar bem para seguir na luta, pensando nas muitas dimensões do cuidado, seja a segurança, a alimentação, o

descanso e o lazer.

Para nós, ter a natureza no centro do debate tem muito a ver com a nossa ancestralidade; **no candomblé falamos que não existe candomblé sem folha ... que é o rio, que traz cura, que é o lugar ou que a gente faz festa ou que traz o alimento?** Entender essas diferentes percepções é urgente. O Bem Viver, pela perspectiva da Nilma Bentes, se apresenta como algo micro, macro, geral e local, com diferentes formas de se relacionar, mostrando como o modo de fazer, de ser e estar tem a ver com o bem viver, com essa necessidade de retomar essa sabedoria ancestral e essa capacidade de gestão individual e coletiva, entendendo que o sujeito é importante no coletivo, mas sempre com o comum e o coletivo no centro do debate.

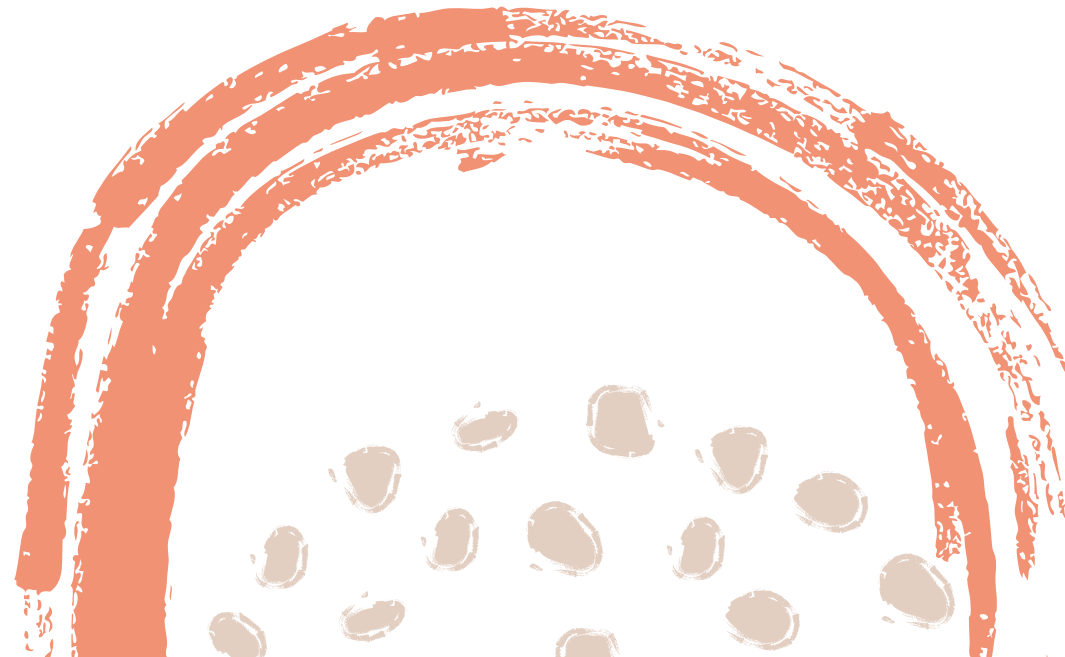
A Organização das Nações Unidas surge no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em um cenário de caos, e ela surge com a proposta de paz. No entanto, nós, militantes, sabemos como o discurso da paz, muitas vezes, não nos alcança. A ONU é uma ferramenta de manutenção do status quo, que, muitas vezes, pode jogar a nosso favor e é importante que disputemos esse espaço, mas a ONU não é um espaço revolucionário, e ela nem sequer se pretende. Quando espaços como a ONU se colocam no lugar de uma ideologia apartidária, sabemos que há um grande risco de esvaziamento e da cooptação capitalista. Por isso, eu acredito que a ONU vai seguir a mesma lógica de atuação, mas a nossa aposta precisa ser de que, talvez, ela possa atuar menos como uma ferramenta institucional e mais como uma ferramenta de poder popular, que contribui na organização coletiva em outros espaços.

Além disso, quando eu penso em reconstruir o Brasil, a questão da utopia de Eduardo Galeano, trazida por Nilma, me faz pensar que devemos seguir em movimento. **É importante estarmos em movimento; eu quero acreditar que, sim, é possível reconstruir o que foi destruído por meio da luta dos movimentos organizados, do movimento negro e do movimento das mulheres negras.** A reconstrução passa, sem dúvida, passa por nossas mãos, seja no combate à fome, do letramento e da atuação para que plantemos sementes de transformação para o amanhã.

Por fim, o desenvolvimento sustentável é uma grande falácia. O desenvolvimento sustentável e o capitalismo verde permitem o desmatamento em nome do desenvolvimento, assim como a invasão das terras indígenas e quilombolas, que

seguem sofrendo – e lutando – para conseguirem o seu reconhecimento. Dessa forma, toda a ideia de desenvolvimento, como posto dentro da sociedade capitalista, não traz coisas positivas para a humanidade. A ideia de desenvolvimento existente passa por um projeto político que questiona a nossa humanidade, retirando direitos.

Com relação ao bem viver, eu não acredito que ele possa ser institucionalizado; o estado brasileiro é um dos principais violadores de direitos humanos do mundo. É o estado que permite e que, muitas vezes, é responsável pela nossa morte e escolhe se omitir diante da nossa morte, então eu não entendo como uma possibilidade a institucionalização do bem viver. Podemos, sim, ter políticas inspiradas no bem viver que visem diminuir o desequilíbrio social, mas no cerne do bem viver tem uma ruptura e um outro caminho que não cabe no que está dado agora. Falamos em equilíbrio e em um reequilíbrio, pensando dentro de uma sociedade capitalista, em que o capital precisa do desemprego e da pobreza, e **o estado não vai implementar a ruptura necessária para construir a sociedade do bem viver. Ao contrário: precisamos de pessoas construindo isso em outras esferas para propor essa utopia que nos permite caminhar.**



## **HORTAS AGROECOLÓGICAS: O FUTURO SUSTENTÁVEL É SEM RACISMO**

A alimentação é uma das necessidades básicas para a humanidade, no entanto, mais da metade da população brasileira (58,7%) está em situação de insegurança alimentar. A falta de acesso permanente a alimentos e a fome têm um impacto ainda maior na população negra, uma vez que atinge 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas no país.

Os dados são do “II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19”, publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

A insegurança alimentar tem suas raízes fincadas em um modelo de produção e comercialização de alimentos que tem como base a monocultura, a alta produtividade e o aumento do lucro em detrimento do combate à fome, da melhora da qualidade nutricional e da conservação ambiental.

Os riscos e os impactos ambientais deste modelo de produção e comercialização estão direcionados intencionalmente para as áreas onde moram ou estão expostas pessoas negras e pobres – o que conecta os problemas ecológicos às questões de raça, gênero e classe (ALIER, 2009). Tal situação agrava a vulnerabilidade dessas pessoas, que, conseqüentemente, encontram ainda mais dificuldades para superar tais condições.

Assim, o racismo ambiental compromete os meios de subsistência das comunidades tradicionais; desconsidera e inviabiliza os saberes, as práticas e as técnicas ancestrais de cultivo da terra e de preservação ambiental, presentes em culturas quilombolas, indígenas e também periféricas.

Isso acontece devido à expulsão dessas comunidades de seus territórios tradicionais e à desorganização de suas formas de vida, seja por meio do deslocamento forçado para as favelas nas periferias urbanas, seja pela imposição de um cotidiano marcado pela contaminação e degradação de seus ambientes de existência, conforme destacado por Herculano e Pacheco (2006).

É preciso considerar as interseccionalidades dentro do debate ambiental, e a participação de pessoas negras, pobres e periféricas na formulação e implementação de políticas públicas e de infraestrutura. Isso porque, as relações com o ambiente definem os aspectos da qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades, assim como da sustentabilidade.

O projeto Juventude Negra Viva foi iniciado durante a pandemia de COVID 19, que acentuou o cenário de crise ambiental e social no Brasil. A crise sanitária fez com que o movimento negro, presente em diversas regiões do país, criasse estratégias de fortalecimento junto à população negra, que historicamente encontra-se em situação de vulnerabilidade.

O objetivo deste projeto foi para enfrentar esse desafio através de ferramentas teóricas e práticas de ação e reflexão ao incorporar temas como agroecologia e soberania alimentar às formações políticas, já conduzidas pela UNEafro, como caminhos que fortalecem as comunidades na resistência ao racismo, juntamente com a implantação de hortas urbanas agroecológicas.

A construção e articulação de hortas comunitárias pela UNEafro em territórios periféricos é um exemplo prático para repensar e criar alternativas possíveis e sustentáveis. Isso porque, elas vão além da produção de comida saudável.

As hortas, nesses territórios, são espaços educadores e catalisadores. Elas promovem encontros, articulações e empoderamento pessoal e coletivo. Por meio da produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos – ditos orgânicos, são estimuladas discussões e reflexões sobre as diversas questões socioambientais do local; sobre o uso sustentável de recursos da natureza; sobre conceitos como soberania alimentar, racismo ambiental, justiça social entre outras.

Não apenas as vivências com a terra são alvo deste projeto, mas também o resgate e conhecimento da cultura popular e ancestral. Além do desenvolvimento das tecnologias limpas, do fomento ao trabalho coletivo e da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Tudo isso é feito por intermédio de visitas, oficinas, rodas de conversa, debates, círculos de aprendizagem, manejo sustentável e outras formas desenvolvidas em todas as fases do projeto, buscando criar oportunidades de geração de renda, acesso à informação, a valorização do trabalho, o fortalecimento de vínculos do coletivo e a melhoria da qualidade de vida da população negra.

Por fim, destaca-se o acesso pela população local a uma maior variedade de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, diferente do que é oferecido em redes

de supermercados – abastecidos por esse sistema devastador que lucra com a morte da população negra e com a degradação ambiental.

Como parte da concepção e desenvolvimento deste projeto, esta publicação reúne relatos e experiências de diversas autoras e autores que participaram de uma série de transmissões ao vivo promovidas nas redes da UNEafro nos anos de 2021 e 2022. Essas transmissões desempenham um papel essencial no contexto de nossa formação popular agroecológica, que está intrinsecamente ligada à realização deste projeto.

O propósito dessas transmissões ao vivo foi enriquecer o processo de aprendizado por meio da troca de experiências e vivências com parcerias inspiradoras e fundamentais, que não apenas apoiam as lutas no campo, como a reforma agrária e a demarcação de territórios quilombolas, mas também a produção de alimentos saudáveis nas periferias urbanas. Isso inclui a produção livre de agrotóxicos e transgênicos, valorizando o conhecimento tradicional, promovendo a autonomia das mulheres, o manejo sustentável do solo, da água e outros recursos naturais que são essenciais e dão a capacidade de suporte para a manutenção da vida e dos serviços ecossistêmicos.

Os capítulos estão distribuídos de acordo com as temáticas das lives, criando um arranjo de um rico registro das discussões e experiências compartilhadas, contribuindo significativamente para o aprimoramento de nossa compreensão sobre como construir comunidades mais saudáveis, resilientes e sustentáveis, o que só é possível com a superação e combate ao racismo.

O conjunto das ações do projeto é um campo fértil de prática, tanto para o combate à insegurança alimentar e ao racismo ambiental, como para o conhecimento na garantia de direitos, para incidências em espaços de decisão e elaborações sociais na construção coletiva em busca de territórios sustentáveis e antirracistas.

**ALINE FERNANDA SANTOS GUARIZO**

**Coordenadora do projeto | Instituto de Referência Negra Peregum**

---

## REFERÊNCIAS

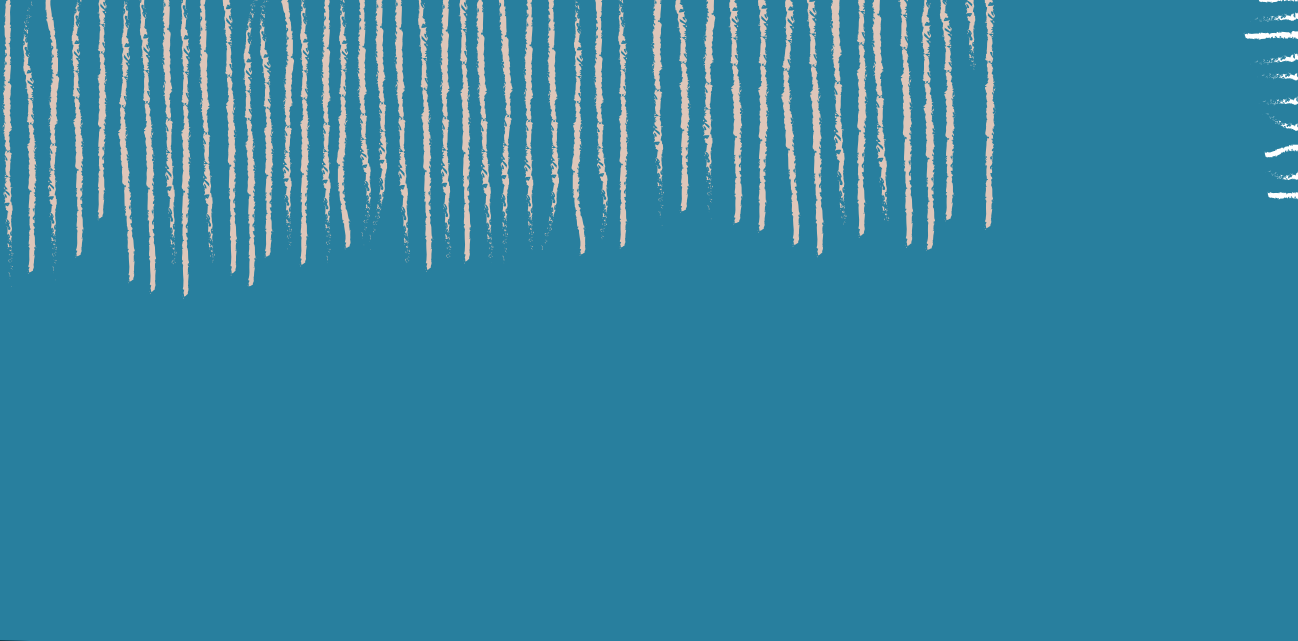
PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

MARTÍNEZ ALIER, J. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. 1a Edição, Editora Contexto, 2009.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

Publicação composta com as famílias tipográficas Anton,  
Moinho e Sofia Sans. O papel do miolo é o Off-set 90g e o da  
capa é Supremo 300g. Este livro foi impresso em novembro  
de 2023 pela gráfica Rettec, em São Paulo.





ISBN: 978-65-85129-04-6



9 786585 129046

